

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA GORETE DE SOUSA

UM ESTUDO SOBRE A RESISTÊNCIA E OFENSIVA NA LUTA DOS ATINGIDOS
PELA VALE: nos caminhos dos trilhos no Maranhão

GUARULHOS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Este exemplar corresponde à redação de dissertação de mestrado, com objetivo de obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais de Maria Gorete de Sousa, sob a orientação do Prof. Dr. Javier Amadeo.

GUARULHOS

2013

Sousa, Maria Gorete

Um estudo sobre a resistência e ofensiva na luta dos Atingidos pela VALE: nos caminhos dos trilhos no Maranhão/ Maria Gorete de Sousa. - Guarulhos, 2013
115f

Orientador: Prof. Dr. Javier Amadeo

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo,
2013

1. Resistência – 2. Ofensiva - 3. Atingidos pela Vale I. Título

MARIA GORETE DE SOUSA

UM ESTUDO SOBRE A RESISTÊNCIA E OFENSIVA NA LUTA DOS ATINGIDOS

PELA VALE: nos caminhos dos trilhos no Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 28/02/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Javier Amadeo (Orientador)
Universidade Federal de São Paulo

Prof.^a Dra. Maria Orlanda Pinassi
Universidade Estadual de São Paulo

Prof.^a Dra. Heloisa Fernandes
Universidade de São Paulo

Aos militantes dos Movimentos Sociais do mundo que enfrentam cotidianamente as pressões de trabalhar e viver em áreas de mineração, aqueles e aquelas que não podemos citar os nomes, pois, são perseguidos por lutarem por seus/nossos direitos e preservação dos bens da natureza.

Em especial a militância do MST da Região Amazônica

A minha família, meu pai Joaquim Henrique, minha mãe Maria do Carmo, meus irmãos Paulo Jorge, Kleberth, Henrique e Emília sobrinhas, Kelly, Keylla, Karyne, Amara e Yuri

A Tia Nenê e José Henrique, pela força e alegria na luta pela vida cotidiana.

RECONHECIMENTO

Kanimambo! Quero agradecer, mais que isso!

Quero reconhecer, expressar todo meu sentimento de amor e carinho pela vida nas pessoas que se fazem presentes no meu cotidiano e, principalmente na luta pela emancipação humana. A mística da vida é sentir profundamente o amor que transforma vidas-mercadoria em vida necessária – livre!

Aos homens e mulheres que fizeram e fazem parte do MST, com profunda admiração.

Aos meus irmãos e irmãs de Moçambique, estamos juntos! Ytanovana!

Aos companheiros e companheiras de jornada na Escola Nacional Florestan Fernandes – Brigada Apolônio de Carvalho, em especial Erivan e Line.

A minha amada família alargada: Elias, Lenilde, Julia Iara, Vitória, Vânia, Kaioã, Tainá, Selma, Angelo Diogo, Maria Victória e Silvia. Sem vocês não seria possível chegar até aqui!

Pela solidariedade e companheirismo de Michele, Guilherme, Valdir e Rafael.

O Javier por estar sempre tão perto, orientando, acompanhando, e principalmente pela amizade, companheirismo e generosidade!

Kanimambo, também para Prof^a Cristina Adrewes, que me acolheu!

A Maria Orlanda pelos debates e orientações durante o processo de elaboração, e, para além, na luta de classes.

A todos e todas do Assentamento Cristina Alves, território da esperança!

A Zaira e Célia pela contribuição na indicação de leituras e sugestões no texto.

As camaradas, Simone e Divina pelo amor e por que partilhamos a certeza da emancipação humana.

Heloisa e Paulo sempre tão generosos e carinhosos.

Joaninha pela alegria da amizade reencontrada.

Jose Gonzales, por estar sempre perto, mesmo distante geograficamente.

Adelaide Gonçalves, amiga se faz para sempre é no aperreio. Kanimambo!

Kanimambo a Coordenação da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, Raimundinho, Charles e ao Pe. Dário/Justiça nos Trilhos pelo apoio nas pesquisas.

Necessitamos de um tempo que plante ideias
E pratique ações transformadoras.
Que desmonte as ordens de quem escraviza,
Que provoque desejos desmedidos,
Que humanamente eduque as gerações.

Divina Lopes

RESUMO

A abordagem deste estudo privilegia os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais das ações da Empresa Vale sobre as comunidades de trabalhadores do campo e entorno, bem como a participação do Estado na relação público-privado. Pretende acompanhar e avaliar os processos de auto-organização, de resistência e de luta ofensiva dos trabalhadores do campo. A região do Grande Carajás, foco desta pesquisa, historicamente apresenta uma população rural significativa, o que pressupõe um impacto particularmente dramático que o projeto da Vale provoca na configuração da região, tendo em vista a produção agrícola e o uso tradicional dos bens da natureza. A região compreende o sudoeste e sul dos Estados do Pará e Maranhão. Os cinco projetos que atualmente estão sendo implementados atingem, principalmente, as comunidades de Canaã dos Carajás, Parauapebas e Marabá, no Pará. Em Parauapebas ocorre a implantação de infraestruturas do projeto Salobo para a extração e transformação de minério de cobre. Da expansão do porto de Ponta da Madeira, em São Luís, decorre a duplicação de toda cadeia de exportação do minério, o que implicará a exploração de novas minas e a duplicação dos trilhos. Essa ampliação significa, na verdade, aumento da poluição e dos impactos socioambientais no corredor de Carajás, tendo em vista o processo de licenciamento ambiental, a partir da relação que a Vale estabelece com o Estado. Consequentemente, verifica-se a reação da sociedade civil e dos movimentos organizados aos impactos causados pelas atividades da Vale. Devido à intensificação das consequências sociais e ambientais nocivas do modelo de desenvolvimento desigual e concentrador, é necessário compreender a nova configuração do capital e a função do Brasil nesse contexto. Observando o significado do capitalismo em sua fase atual face às comunidades rurais de Açailândia (Maranhão) e Parauapebas (Pará), sobretudo com a criação do Projeto Grande Carajás. Serão, portanto, consideradas as formas tradicionais de ocupação da terra e organização do modo de vida das comunidades atingidas que, para resistir à expulsão de seus territórios, organizam lutas contra hegemônicas ao modelo capitalista e de resistência aos caminhos traçados pela Vale, no Maranhão.

Palavras Chave: Resistência; Ofensiva; Atingidos pela Vale

ABSTRACT

The approach of this study privileges the social, cultural, environmental and economical impacts of the action of Vale Company on the rural workers' communities, as well as the participation of the State in the public-private relations. It intends to follow and evaluates the rural workers' self-organization, resistance and lead struggle. The Grande Carajás Region, focus of this research, presents historically a significant rural population, and this predicates an impact particularly dramatic that Vale Project causes on the conformation of the region, considering the agricultural production and traditional uses of the natural resources. The region comprehends the southeast and south of Paraná and Maranhão States. The five projects going on affect mainly the Canaã dos Carajás, Parauapebas and Marabá communities, all of the in Para State. It takes place in Parauapebas the implementation of infra-structures, as part of the Salobo Project, for the extraction and transformation of copper ores. From the expansion of Ponta da Madeira Port, in São Luis, it follows the doubling of the whole chain of ore export. That implies in the exploitation of new mines and rail doubling. This enlargement means, in fact, increasing of the pollution with social-environmental impacts on the corridor of Carajás, considering the process of environmental licensing, from the relation that Vale creates with the Government. Consequently, there is a reaction from civil society and organized social movements due to the impact caused by Vale's activities. Because of the escalation of these social and environmental harmful consequences, a result of a model of development, which is unequal and that concentrates income and richness, it's necessary to understand this new configuration of the capital and the Brazil's role in this context. Observing the meaning of the capitalism today to the rural communities in Açailândia (Maranhão) and Parauapebas (Pará), especially with the creation of the Grande Carajás Project. It will be considered the traditional ways of land occupation and organization of the affected communities' ways of life, so that to resist the eviction from their territories they organize struggles against the hegemonic capitalist model and resistance to the ways imposed by Vale, in Maranhão.

Key words: Resitance; Offensive; Affected by Vale

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E MAPAS

Figura 1 - Fornos entre os Assentamentos em Açailândia	17
Figura 2 - Vale no Mundo	19
Figura 3 - Pior empresa do mundo	24
Figura 4 - Era Vargas	25
Figura 5 - Siderúrgica em Açailândia – Maranhão	32
Figura 6 - A Vale é Nossa	38
Figura 7 - Lucros da Vale	39
Figura 8 - Latuff: A Vale no Peru	42
Figura 9 - O trem da Vale no Assentamento Vila Diamante	43
Figura 10 - Cratera do Projeto Ferro em Carajás	44
Figura 11 - Fornos em Açailândia	46
Figura 12 - Duplicação da EFC no Assentamento Vila Diamante	49
Figura 13 - Obras ampliação EFC – Igarapé do Meio – Maranhão	50
Figura 14 - Mapas da Amazônia Legal	55/6
Figura 15 - Porto de Itaqui – São Luís Maranhão	59
Figura 16 - Quadro Síntese de impactos socioambientais da Vale em 2010	63
Figura 17 - Monocultivo de eucalipto em Açailândia	65
Figura 18 - Quadro – Estrutura fundiária na área de influência da Ferrovia Carajás – Ponta da Madeira	70
Figura 19 - Trem da Vale atravessando a Baixada Maranhense	72
Figura 20 - Mapa da Malha da Estrada de Ferro Carajás	73
Figura 21 - EFC Santa Luzia – Maranhão	74
Figura 22 - EFC – crianças trabalhando na ferrovia	75
Figura 23 - Trem da Vale no município de Alto Alegre Maranhão	78
Figura 24 - Casas em Piquiá de Baixo	80
Figura 25 - Greve dos trabalhadores da Vale no Canadá	88
Figura 26 - Intercâmbio Tripartite – Brasil, Canadá e Moçambique	91

Figura 27 - II Encontro Internacional da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale	92
Figura 28 - Protesto num penhasco em Kanaky-Nova Caledônia, no Sul do Pacífico	97
Figura 29 - Encontro regional Maranhão e Pará dos Atingidos pela Vale 2011 ..	100
Figura 30: Encontro da juventude Atingida pela Mineração – Açailândia 2012	101

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional Desenvolvimento Social

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CFEM - Compensação Financeira de Recursos Minerais

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONGs – Organizações não Governamentais

PGC - Programa Grande Carajás

WSA- World Steel Association

WEF - World Economic Forum

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Quanto vale a vale?	18
1.1. Da Estrada de Ferro Vitória-Minas à Companhia Vale do Rio Doce	25
1.2. A Empresa Estatal se transforma em Corporação transnacional	33
2. Nos caminhos dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás: Impactos da Vale	54
2.1. O Maranhão na rota do “desenvolvimento”	66
2.2. Impactos da Vale - Nos caminhos dos trilhos no estado do Maranhão	72
3. Resistência e Ofensiva na luta dos Atingidos	83
3.1 Articulação Internacional dos Atingidos	92
Considerações Finais	103
Referências Bibliográficas	109

INTRODUÇÃO

*“Proponho-me uma tarefa que é, inextricavelmente, intelectual e política;
e pretendo enfrentá-la como tal, com a objetividade do sociólogo e o ardor do militante socialista”*

Florestan Fernandes

À maneira de epígrafe recorro ao pensamento sociológico de Florestan Fernandes para situar o aprendizado ao longo desta pesquisa. Um dos ensinamentos do citado pensador brasileiro é precisamente a articulação entre os níveis da teoria e da prática, de tal modo que os liames entre a tarefa intelectual e o imperativo ético-político sejam enfrentados desde o ponto em que o grau de objetividade requerido na produção do conhecimento possa ser alimentado pela paixão militante. Assim, escolha intelectual e imperativo político compõem uma unidade.

Este trabalho é possível desde minha experiência de vida militante, aliando elementos da recolha da pesquisa, a inspiração haurida nas leituras, na trajetória de estudo, e a subjetividade de quem vive essa realidade. A escolha do tema é pautada pela relação que mescla um objeto que não se apresenta distante da realidade, é a própria realidade.

A motivação para a escolha do tema partiu da convivência com as companheiras e companheiros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, nos estados do Maranhão e do Pará. As famílias dos Assentamentos Vila Diamante, no Maranhão, Palmares e Dina, no Pará, que convivem diariamente com a pressão da empresa Vale, direta e indiretamente. A vida de todo dia é cercada pelos problemas advindos do processo produtivo da empresa transnacional. Assim se observa na trágica convivência atravessada pelos trilhos do trem por onde escoam o produto da mineração, pelo monocultivo de eucalipto cercado os assentamentos, pela expulsão da terra de comunidades inteiras para retirada de minérios no subsolo, pela interferência nas escolas públicas, enfim, pela forma de apropriação privada do Estado brasileiro, com vistas ao aprofundamento da concentração da riqueza.

As imagens aqui apresentadas, como parte da análise têm por objetivo nos fazer chegar mais perto das situações em que se manifesta a crueldade do capital, nos estados do Pará e Maranhão, no Brasil, assim como em outros países referidos neste trabalho. A tentativa foi discutir a forma destrutiva como opera uma empresa transnacional – a Vale; que um dia foi uma estatal brasileira e como esta percorre os caminhos em cinco continentes e vai devastando direitos, trabalhadores, camponeses, indígenas, populações tradicionais, comunidades, cidades e, bens da natureza, e tudo em nome do “desenvolvimento”.

A Vale faz setenta anos neste ano de 2013 e, em 2014, o Projeto Grande Carajás completa trinta anos de operação. Diante da magnitude dos empreendimentos da Vale, é necessário reflexionar sobre a implantação e desenvolvimento do Projeto Grande Carajás, perguntando desde os dados dessa realidade, que tipo de “desenvolvimento” a empresa Vale trouxe para a região. O que significa esse projeto de “desenvolvimento” para a Amazônia? E o Maranhão, qual o seu papel nesse desenvolvimento? Percebe-se ao longo desses trinta anos que os índices de desenvolvimento humano estão entre os piores do Brasil, demonstrado pelo alto grau de concentração da renda, como demonstram dados do Governo do Maranhão:

Indicadores de Renda por extrato da população - Indicadores - Renda 1991-2000 - Percentual da renda apropriada por extrato da população 20% mais pobres 2,9 1,2; 40% mais pobres 9,2 6,2; 60% mais pobres 19,1 15,2; 80% mais pobres 35,7 31,1; 20% mais ricos 64,3 68,9 (IMESC, 2007 a; IMESC, 2007b).

A estrutura deste trabalho foi pensada no sentido de oferecer um quadro geral acerca do significado do projeto de desenvolvimento alardeado pela Vale, na região e, particularmente no Maranhão. Para isso, foi organizado em três capítulos que estão ligados entre si, o primeiro *Quanto vale a Vale*, discute questões em torno do projeto de sustentação da VALE, o destino da produção de seus minérios e, o que a Vale representa no mundo do capital para os trabalhadores, camponeses, indígenas e bens da natureza. Em sequência, no tópico *Da Estrada de Ferro Vitória-Minas à Companhia Vale do Rio Doce – CVRD*, examinamos

como a Empresa Estatal se transforma em uma Corporação transnacional, sua representação no mundo do capital e sua relação com o Estado brasileiro. Bem como, a imagem da Vale para o mundo e suas contradições em face da realidade das comunidades atingidas por sua ação mineradora.

O segundo capítulo apresenta os Impactos da Vale, desde os caminhos dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás, discutindo o Maranhão na rota do “desenvolvimento” e, nos caminhos dos trilhos no estado do Maranhão. Fazendo um levantamento dos impactos nas comunidades com a intervenção da Vale, comparando o significado de desenvolvimento sustentável para a Empresa Vale e para as comunidades da região, na relação empresa-estado, sociedade civil e movimentos organizados e os impactos socioambientais. Entretanto, este estudo é centrado nesse último período que compreende a instalação da Companhia Vale do Rio Doce na extração de minérios, dos anos 1980, aos dias atuais, enfocando prioritariamente o período recente quando se podem avaliar os resultados desse projeto de grande extração mineral.

No terceiro capítulo, abordamos a Resistência e Ofensiva na luta dos Atingidos pela Vale e a Articulação Internacional dos Atingidos. O foco desse capítulo é a análise dos mecanismos de articulação internacional dos atingidos pela Vale, a partir da mobilização dos trabalhadores atingidos nas comunidades e cidades onde a Vale têm atuação nos cinco continentes. Aqui se apresenta a face de um movimento tipicamente nascido das consequências do neoliberalismo, afirmando como principal característica o exercício da dominação via empresa. A singularidade da articulação dos atingidos se expressa desde a diversificação das categorias de trabalhadores e seu processo de coesão visando construir novas formas de denúncia e resistência e articulação de uma ofensiva que caminhe no sentido de alternativas às formas de exploração e expropriação exercidas pela Vale. Para compreender tal fato, os argumentos de Pinassi fundamentaram a observação do contexto histórico dos países de extração colonial, como é o caso do Brasil, na lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

Ao longo da pesquisa, identificamos nos documentos veiculados pela empresa um discurso que aponta para o respeito às comunidades locais onde desenvolve suas atividades extrativas, e até mesmo, um discurso de compromisso

e missão no campo do que intitula desenvolvimento com sustentação sócio ambiental. Tal discurso é vigorosamente contraditado pelas inúmeras denúncias contra a empresa indicando à larga que seus procedimentos, em escala mundial, são de desrespeito aos direitos humanos e aos bens da natureza. Neste particular, cabe ao pesquisador o atento exercício de leitura das fontes textuais produzidas pela empresa, observando seu conteúdo auto-laudatório e em franca diferença com a experiência que brota das realidades vividas.

As imagens distribuídas ao longo do trabalho visam aproximar o leitor de determinadas dimensões da realidade em exame e, em algumas delas, se pode detectar o sentido de denúncia acerca da atuação da empresa Vale, ao redor dos cinco continentes. Assim, as imagens também podem ser lidas como um contraponto aos documentos oficiais veiculados pela empresa e, no último período, ao gigantesco esforço de propaganda institucional com o efeito de disseminar uma imagem de marca positivada. As imagens e alguns depoimentos aqui apresentados querem desvelar uma expressão do capital na sua forma destrutiva, pois os efeitos da mistificação midiática, por mais duradouros sejam, não podem esconder, no tempo, as formas evidentes de destruição dos bens da natureza, da vida em comunidades, da cultura de homens e mulheres, velhos, jovens e crianças. Num outro plano as imagens e os textos associados à análise em curso, dizem das bandeiras unificadas e em movimento convocando à resistência e propondo novos modos de ofensiva anticapitalista e anti-imperialista.

A realização do trabalho, como dito, apoiado na vivência da luta social, requereu de igual modo, a leitura atenta de estudos e pesquisas que fornecessem sustentação à análise aqui desenvolvida. Desse modo, buscamos nas leituras realizadas a compreensão acerca da crise estrutural do capital e da globalização da pobreza. De igual modo, comparecem neste trabalho os estudos que analisam as novas configurações dos movimentos populares em África, Ásia e América Latina, dos processos de recolonização e a luta em defesa dos bens em comum da natureza, das realidades cambiantes e dos desafios postos às lutas sociais em perspectiva mundializada. No âmbito das resistências em escala mundial, de valia foram os estudos que abordam a dinâmica altermundista, bem como o exame dos

debates em torno da globalização e da reversão colonial.

O presente trabalho também se apoia nas discussões em curso acerca da problemática da mineração transnacional, seu modelo de desenvolvimento e os discursos dominantes. De igual destaque, na definição de percursos metodológicos nesta pesquisa, é a leitura de estudos em torno das questões atinentes ao debate vigente acerca de desenvolvimento territorial e agroecologia; poder e território; território e territorialidades; território de vida e de luta social. Outros estudos de repercussão nesta pesquisa dizem respeito às abordagens acerca do campesinato e da questão agrária, bem como o entendimento do neoliberalismo face às políticas de terra e reforma agrária de mercado.

De grande valia no trabalho terá sido a atenta escuta das vozes em rebeldia que emergem dos textos-relatórios dos Encontros locais, regionais ou internacionais. De sua leitura, nos apropriamos de um vocabulário cuja expressão é o sentido da luta pelo direito das comunidades de dizer não aos novos empreendimentos, da luta pela reparação integral de direitos, da luta contra as remoções ou pelo reassentamento coletivo, do combate à criminalização e violência contra os movimentos e organizações sociais, do enfrentamento à expansão do capital sobre o trabalho e a natureza.

Figura 1 – Fornos entre os Assentamentos em Açailândia



Fonte: Acervo da autora, 2012.

CAPÍTULO I

Quanto vale a VALE?

Com o slogan "Somos globais, não só por que (sic) estamos no mundo todo. Mas também por que (sic) pensamos no mundo", a Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce -CVRD consagra-se hoje como a segunda maior mineradora do mundo, com meta de chegar ao primeiro lugar. Além disso, é também a maior empresa privada da América Latina com sede no Brasil. Em sua história de 70 anos, acumulou recordes de produção e faturamento e, em 1974, tornou-se a maior empresa exportadora de minério de ferro do mundo. Trinta anos depois é líder das exportações brasileiras, após um processo de privatização, com inúmeras contestações na justiça brasileira. Seguindo a sua trajetória em 2006, torna-se a segunda maior mineradora do mundo, sendo que, em 2010 já estava entre as maiores corporações mundiais, alcançando a 19ª posição.

Em seus documentos, afirma que sua estratégia de sucesso está associada à visão de construção de um futuro melhor marcado pelo desenvolvimento econômico, social e ambiental das comunidades e regiões onde atua. Sobre essa afirmação buscaremos discutir, compreender sua política e, acima de tudo, observar as formas de intervenção sobre as comunidades atingidas pela atividade mineradora da Vale.

"Quanto vale a Vale", irá discutir as questões: Que projeto sustenta a Vale? Qual o destino da produção de minérios da Vale? Para que nasce a Vale? O seu objetivo continua o mesmo desde sua criação? Qual o destino da sua produção de minérios? O que a Vale representa no mundo do capital e qual sua relação com o Estado brasileiro? Qual a imagem da Vale para o mundo e suas contradições com a realidade das comunidades atingidas por sua ação mineradora?

Atualmente, a empresa tem um quadro de 140 mil empregados, sendo que 60 mil são próprios e 80 mil terceirizados. Está estabelecida nos cinco continentes, seja em operações, escritórios, joint ventures, exploração mineral e projetos em desenvolvimento: Américas (Brasil - Sede Mundial da Vale, Colômbia, Chile,

Argentina, Peru, Paraguai, Canadá, Estados Unidos, Barbados); Ásia (Índia, China, Mongólia, Japão, Omã, Dubai, Cazaquistão, Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Cingapura, Indonésia, Malásia, Tailândia); África (Angola, Zâmbia, Moçambique, Malauí, Guiné, África do Sul, Libéria, República Democrática do Congo, Gabão) e Oceania (Austrália e Nova Caledônia); Europa (França, Noruega, Suíça, Reino Unido). No quadro abaixo, extraído de sua página na internet, observa-se sua representação midiática, como a Vale apresenta, destacando o símbolo da empresa brasileira vencedora e, em perspectiva global, leva o desenvolvimento para o mundo:

Figura 2 - Vale no Mundo



Fonte: www.vale.com

Suas principais atividades estão ligadas à prospecção e pesquisa mineral, mineração, operações industrial e logística, todas realizadas por um conglomerado

representado por 27 empresas distribuídas em 37 países de todos os continentes, como observado acima. Produz e comercializa minério de ferro, pelotas, níquel, concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferro-liga, atividades integradas a uma vasta cadeia produtiva em escala mundial.

A extração desses minérios destina-se à produção de matérias primas para exportação, contribuindo com o fornecimento de insumos para a fabricação de produtos utilizados tanto para uso doméstico como em fins comerciais. Os principais minérios exportados e sua respectiva utilidade são os seguintes:

- Minério de Ferro: trem de carga, prateleiras de loja, robótica industrial, equipamentos cirúrgicos, tubulação de esgoto, hidrantes, rede de telecomunicações, rede elétrica, equipamentos rurais, pontes, trilhos, aviões, aparelhos celulares, utensílios domésticos, computadores, automóveis, etc.
- Cobre: fiação eléctrica, microchips e encanamento de gás, televisores e aparelho de ar-condicionado;
- Alumínio: construção civil, papel alumínio, explosivos, aviões e latas de bebidas;
- Manganês: aço inoxidável, pilhas e tintas para construção civil;
- Carvão: combustível industrial, fabricação de aço e geração de energia;
- Níquel: turbinas de aeronaves, fábricas de processamento de alimentos, instrumentação médica, pilhas termoelétricas, moedas, estruturas arquitetônicas, anticorrosivos, discos rígidos de computador, equipamentos de processamento químico, reatores nucleares, instalações elétricas, barbeadores elétricos, baterias recarregáveis, pias de cozinha, rodas de automóveis, relógio de pulso, mobiliário de escritório, tacos de golfe, utensílios de cozinha, imãs, cds e dvs;
- Potássio e fosfato: fertilizantes.

Estes produtos constam nos documentos oficiais da Vale, com exceção da produção de reatores nucleares e explosivos que são também produzidos respectivamente pelos minérios de níquel e alumínio.

Os produtos derivados dos minérios extraídos pela Vale fazem parte do cotidiano da vida moderna, seja para o uso doméstico ou industrial. Pode-se afirmar, mesmo indiretamente, que são utilizados na produção de armas para guerra, uma vez que a China, maior importadora da Vale, representa o segundo maior orçamento militar do mundo, perdendo somente para os EUA¹ que, em 2007, detinham 60% das importações brasileiras de ferro-gusa. Cabe perguntar se a matéria prima para essa produção vem das atividades mineradoras da Vale, e por que a empresa não refere a ela em documentos e propagandas que alardeiam sua preocupação com a sustentabilidade.

Nesse sentido, é preciso compreender que, como tantos outros produtos de origem animal e vegetal, o ser humano também utiliza os minérios para reproduzir sua vida. A diferença é que, ao contrário daqueles, os produtos de origem mineral não são renováveis, mas recursos finitos. Podem até ser reciclados, mas tendo em vista que só pode ser extraída uma única vez, sua produção original jamais será recuperada. O significado disso para a humanidade, em especial para as comunidades diretamente atingidas pela mineração, geralmente é drástico em termos de irreversibilidade em seus modos de vida, afetando sua economia, cultura, seus bens da natureza e a vida nesses territórios.

A questão que subjaz a isto é: a mineração constitui uma maldição ou uma dádiva? Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríques, em sua tese de doutorado, traz elementos para essa reflexão, ao afirmar que a atividade extrativa mineral em grande escala pode se tornar tanto uma dádiva como uma maldição para o processo de desenvolvimento sustentável nas regiões de base mineira:

A atividade mineral gera oportunidades (dádivas), porém o aproveitamento delas não ocorrem de forma automática. Ela é mediada pela ação política, por intermédio da regulação da atividade e do uso sustentado das rendas minerais (...) os investimentos em extração mineral de larga escala podem exercer o papel da indústria motriz e promover a criação de um pólo de crescimento, mas, para que este se transforme em um pólo de desenvolvimento, é necessária a promoção de transformações significativas na estrutura regional (ENRÍQUEZ, 2007, p.379).

¹ Cf. Anuário da The Economist, "The world in 2010" s.d., p.112.

Entretanto, algumas questões precisam ser esclarecidas. Inicialmente, sobre a ocupação de territórios pelas transnacionais que, avançando a fronteira da mineração, causam impactos graves do ponto de vista social, econômico e ambiental. Sabe-se que afetam drasticamente o modo de vida dos municípios e comunidades rurais, quilombolas e indígenas, impondo um modelo de “desenvolvimento” que não traz benefícios sociais, econômicos, nem melhora a qualidade de vida destas populações. Na sequência, cabe indagar: os minérios extraídos produzem o que, para que e para quem? Qual a relação que se estabelece entre os países que detêm grandes reservas minerais e os países desenvolvidos que recebem esses minerais para o processo de industrialização? Sem abordar de modo crítico e buscar respostas a essas questões, a afirmação de que a extração mineral pode ser uma dádiva, não tem a menor consistência, pois o argumento aponta para o "desenvolvimento e o progresso" como uma necessidade inevitável. Porém, não se considera que a velocidade da destruição anda mais rápido que a consciência de preservação de um “desenvolvimento sustentável” baseado em uma mediação política na gestão dos *royalties* minerais pode ser um equívoco. É necessário sim, rever o padrão de acumulação, redimensionando o destino e o modo de produção.

Nas últimas duas décadas, a América Latina vem registrando um *boom* na extração de minérios, na exploração da água, das florestas, na interferência sobre a biodiversidade, em função do peso que esses bens ganharam na economia "globalizada". É deles que provêm a energia e as matérias primas medulares para os países industrializados, mas também é fonte de acumulação de capital para empresas do setor extrativo. Vale ressaltar que o benefício sempre é aferido em instância estritamente privada, em detrimento das consequências decorrentes da agressiva ocupação de territórios que alargam a fronteira da mineração, sem qualquer racionalidade humana.

Quando nos referimos a territórios e fronteiras, estamos falando de povos/ou populações que vivem nesses mesmos territórios, os quais na sua maioria são comunidades que construíram suas vidas e sua cultura há centenas de anos.

Essas questões são tratadas pela Vale em seus documentos, sempre

ressaltando uma versão auto-proclamada de responsabilidade social na construção de um mundo sustentável - e reafirmando, como missão, um dito compromisso enquanto agência global de desenvolvimento:

Transformar recursos minerais em desenvolvimento sustentável. Essa é a nossa missão e para torná-la realidade criamos, em janeiro de 2009, nossa Política de Desenvolvimento Sustentável. O documento define a responsabilidade social, econômica e ambiental da Vale nos países em que está presente. Nossa política baseia-se em três pilares: ser um operador sustentável, ser catalisador de desenvolvimento local e ser agente global de sustentabilidade (VALE, 2010).

Embora seus documentos apontem para o respeito às comunidades locais onde desenvolvem suas atividades extrativas, infindáveis denúncias contra a empresa indicam que seus procedimentos são de imenso desrespeito pelos bens da natureza e pelos direitos humanos. Em janeiro de 2012, durante o Fórum Econômico Mundial, na cidade de Davos, na Suíça. A Vale recebeu o “Nobel” da vergonha corporativa², prêmio que emerge para questionar a globalização com fins lucrativos e exigir relações de equidade entre norte-sul. Concedido sempre à pior empresa transnacional em função de problemas ambientais, sociais e trabalhistas, envolve várias organizações não governamentais ambientalistas e de direitos humanos de todo mundo. O processo de escolha é por voto popular; no caso da votação do prêmio 2012 foram 88 mil votos, destes 25 mil elegem a Vale:

O título de “pior empresa do mundo” contrasta, e muito, com a imagem que a mineradora tem buscado projetar internacionalmente, nos últimos anos. “A história da Vale é a história do Brasil verdadeiro, do Brasil vitorioso”, enuncia no vídeo institucional “Nossa História” a voz de um dos 150 funcionários de várias partes do mundo convocados a narrar, em suas diversas línguas, a história da companhia brasileira que conquistou o mundo, entremeada por cenas de futebol, concurso de miss e desfile de escola de samba patrocinados pela Vale. O filme, de 26 minutos, foi feito

²Criado em 2000, o *Public Eye*, coordenado pelas ONG's *Declaração de Berna* e *Greenpeace*, é um prêmio concedido anualmente durante o World Economic Forum – WEF, em Davos, na Suíça.

para a empresa pela badalada produtora “Conspiração Filmes” e conquistou recentemente o prêmio Golfinho de Ouro no 3º Cannes Corporate Media & TV Awards (AMARAL, 2012).

Contraditoriamente à representação da imagem que a Vale faz de si, do seu alto investimento em *marketing*, há uma impopularidade nas regiões onde atua, como se pode perceber pelos processos na justiça trabalhista e as acusações de violações de direitos humanos e destruição da natureza. Daí encontra-se os argumentos para a empresa receber o título de “pior empresa do mundo”. Para dimensionar a amplitude do tema, deve-se recorrer à reconstrução da história, compreendendo os períodos da gênese, desenvolvimento e consolidação da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, até sua transformação na maior mineradora do mundo: “a grande Vale”.

Figura 3 – Pior empresa do mundo



Fonte: www.mineraçãosudesteparaense.wordpress.com

1.1 Da Estrada de Ferro Vitória-Minas à Companhia Vale do Rio Doce–CVRD

Em 2012, a Vale completou 70 anos de existência. Sua fundação ocorreu por meio do Decreto lei nº 4.352, de junho de 1942, quando se definiram as bases de organização da Companhia Vale do Rio Doce-CVRD. Foi criada pelo então Presidente da República Getúlio Vargas sob o ideário do progresso e do desenvolvimento; o discurso em voga enfatizava como objetivo retirar o Brasil do quadro de atraso. Em tal processo, ao Estado caberia o papel de geração de divisas para industrializar o país e assim alcançar a condição de uma nação desenvolvida. A imagem, abaixo, é ilustrativa das campanhas nacionalistas da chamada “Era Vargas”:

Figura 4 - Era Vargas



Fonte: www.sindpd.org.br

Nesse momento em que o Brasil era governado sob a concepção do “nacional-desenvolvimentismo”³, a CVRD foi criada com o objetivo de exportar minérios para o exterior no contexto da 2ª Guerra Mundial. Com a produção de ferro para abastecer a indústria bélica dos aliados contra as potências do Eixo, se criavam as condições favoráveis para exportação de minério de ferro brasileiro.

É preciso ressaltar que esse contexto vincula-se a um conjunto de situações advindas de um período de crises do capital que irá redefinir o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, para recuperar as economias centrais. Daí a criação do *Welfare State* - Estado de Bem Estar Social ⁴, formulação vinculada a uma das formas que o capital engendrou para sair de uma de suas históricas crises.

A criação e o desenvolvimento das políticas da CVRD estiveram sempre ligados ao contexto do próprio desenvolvimento capitalista. Desde sua criação, no contexto estimulado pela ideologia nacional-desenvolvimentista, até sua privatização na década de 1990, cinquenta anos depois, em outro momento histórico, marcado pela crise estrutural do capital, mais conhecido por neoliberalismo⁵.

Inicialmente, seu desenvolvimento foi movido pelo Estado interventor e,

³ Tal concepção está vinculada à ideia das políticas de desenvolvimento da economia brasileira, configuradas a partir da crise do modelo oligárquico agrário-exportador e da entrada de um novo modelo - Era Vargas. Sem romper com o antigo regime iniciou-se um processo de industrialização e criação de empresas estratégicas para a economia brasileira, sob a tutela do Estado. Era o momento de inserção do Brasil na nova ordem econômica mundial. Entretanto, foi nos anos 1950 que, através do ISEB-Instituto Superior de Estudos Brasileiros, se formulou e difundiu essa ideologia de um projeto de capitalismo nacional com a intervenção do Estado, que superasse o atraso e estabelecesse o progresso através da industrialização.

⁴ Na América Latina, não se pode afirmar que houve uma aplicação dessa forma de governo. Na distribuição internacional do trabalho, sua tarefa foi sempre a de fornecedora de matérias-primas, exportadora de *commodities*.

⁵ O "neoliberalismo" representa um conjunto de políticas econômicas destinadas à abertura mundial das economias nacionais. Inicialmente, foi implantado na Inglaterra por Margaret Thatcher (1979); nos Estados Unidos por Ronald Reagan (1980); na Alemanha por Helmut Kohl (1982). Na América Latina, essa fase do capitalismo iniciou-se no Chile com o general Augusto Pinochet e Friedman como conselheiro do governo (1973), seguido pela Argentina (1976), Bolívia (1985), México (1988), Venezuela (1989), Peru (1990). Seguindo as determinações específicas do chamado "Consenso de Washington" (1989) resumidas na expressão "privatização", no Brasil as políticas neoliberais iniciaram-se com Fernando Collor, mas foram decisivamente implantadas por Fernando Henrique Cardoso.

posteriormente, pelo chamado “Estado Mínimo”, quando o mercado ressurgiu como o grande mecanismo regulador da economia, incentivando a necessidade de privatizar as empresas estatais do período anterior. Dois momentos e duas estratégias para crises distintas do capital.

Retomando o ato de criação da CVRD, sua concretização ocorreu através dos Acordos de Washington, em março de 1942, na capital estadunidense. O acordo foi firmado entre os governos do Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, sendo estabelecido que o governo britânico adquirisse e transferisse ao governo brasileiro as jazidas de minério de ferro de propriedade da Itabira Iron. Os EUA assumiriam o financiamento, com a administração de diretores brasileiros e dos Estados Unidos. Fora acordado também que, após a liquidação da dívida, o governo brasileiro assumiria o controle da Companhia. Contudo, uma das cláusulas do acordo previa que a Inglaterra e os EUA comprariam toda produção a um preço inferior ao do mercado.

Após o acordo que se estabelece entre o Brasil e esses países, os EUA repassaram tecnologia para montar a mineradora (Companhia Vale do Rio Doce) e a siderúrgica CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). A CVRD funcionou de 1942 a 1997 como empresa de economia mista, controlada acionariamente pelo Estado brasileiro. Nesta condição, em 1949 a empresa detinha 80% das exportações brasileiras do minério de ferro.

Observa-se que, antes de se tornar CVRD no início do século XX (1909), a empresa Britânica Itabira Iron Ore Company assumiu os direitos de pesquisa e prospecção nas reservas de ferro em Minas Gerais e a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas que inicialmente tinha o controle de capitalistas brasileiros. Em 1911, a empresa Itabira Iron Ore Company foi comprada pelo empresário americano Percival Farquhar, sob protestos dos setores nacionalistas que queriam impedir a entrada do capital estrangeiro no país. Essa visão nacionalista percorreu toda a trajetória de construção e consolidação da CVRD, ora um nacionalismo liberal progressista, ora de cariz conservador, de direita.

Os anos da Segunda Grande Guerra serão de consolidação de uma

infraestrutura moderna, com capacidade de exportar anualmente 1,5 milhões de toneladas de minério para os EUA e a Inglaterra, com um preço abaixo do mercado, como ocorreu. Entretanto, no pós-guerra, as economias dos países “desenvolvidos” sofreram uma queda, com repercussão econômica e financeira na CVRD, posto que desde sua criação, constituía-se como seu principal objetivo, a exportação de minério de ferro para esses países.

Contudo, os anos 1940 foram fundamentais para intensificar e consolidar um programa de obras, como a ampliação da rede ferroviária, modernização da extração e exportação do minério de ferro. Estava consolidada a implantação do projeto de mineração CVRD. Importante ressaltar que, dentre os objetivos estavam o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das populações da região e arredores.

O primeiro período de dificuldades da CVRD passou rapidamente e, já nos anos 1950 conquistou o mercado mundial de minério de ferro. Conforme documentos da empresa, a explicação encontra-se na forma como a administração conduziu o processo de modernização do complexo mina-ferrovia-porto, investindo no treinamento, especialização de seus funcionários, bem como na valorização salarial. Também a sua política agressiva de preços e diversificação dos mercados, algo que ocorre quando suas dívidas, contraídas do empréstimo com os EUA, são saldadas. Desta forma, no final dos anos 1950, a CVRD havia conquistado a credibilidade internacional.

Os argumentos desse sucesso sustentam-se como face do modelo de Estado desenvolvimentista brasileiro, que cria as condições para a CVRD transformar-se num bolsão de eficiência, como analisa Silva,

Para responder a essa questão, meu argumento é o de que o processo de regulação do caso da CVRD especifica-se por um mix institucional – constituído no âmbito das regulações emanadas do mercado internacional, do Estado brasileiro e da auto-regulação empresarial. Da convergência dessas três fontes relativamente autônomas de regulação, deriva ampla autonomia da empresa em relação ao Estado. Esse mix é o que singulariza o caso da CVRD no conjunto das empresas do Setor Produtivo Estatal (SILVA, 2004, p.125).

Esse período da história brasileira corresponde aos “30 gloriosos anos”, quando o debate nacionalista acerca da ideia de progresso elevaria o Brasil à condição de país desenvolvido. Esse debate foi realizado com bastante polêmica, com correntes divergentes, que propunham um desenvolvimento ligado à construção de um capital nacional, fortalecendo a burguesia local, ou que defendiam o desenvolvimento mais acelerado com investimentos externos.

Não obstante, essas duas correntes defendiam um projeto de desenvolvimento capitalista para o Brasil. Mesmo entre as correntes de esquerda, muitos acreditavam que para a construção de um projeto emancipatório seria necessário o desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, o fortalecimento de uma burguesia nacional. Enquanto o debate decorria cercado de grandes polêmicas, a CVRD consolidava-se e criava o modelo de desenvolvimento exportador de matérias primas e concentrador de riquezas.

A CVRD nasceu com o objetivo fundamental de abastecer a produção bélica, cumprindo seu papel na lógica capitalista de exportação de matérias primas para os países desenvolvidos. Nessa sua primeira fase, apesar das polêmicas e debates sobre o conceito nacional de desenvolvimento, sua produção vai “servir” aos interesses do capital internacional. Após a Segunda Guerra, já consolidada e com controle acionário do Estado brasileiro, assinou um acordo com o Japão. Como o país precisava se recuperar da destruição da guerra e reconstruir sua economia, a CVRD exportou minério de ferro, contribuindo para o que seria no próximo período o “grande tigre asiático”.

Segundo análise de Silva (2004), a consolidação, expansão e conglomeração da CVRD foi um exemplo de empresa eficiente, resultante de uma relação simbiótica entre ação autônoma do Estado e competição de mercado. Este fato se explicita em quatro momentos:

anos 50, construção de infra estrutura física e empresarial e consolidação no mercado mundial; b) anos 60, expansão, desenvolvimento tecnológico e afirmação de sua posição no mercado transoceânico; c) anos 70, diversificação para outras áreas de atividades e ampliação da tendência à conglomeração iniciada na fase anterior; d) final dos anos 70 e anos 80, aprofundamento da tendência

à diversificação e conglomeração com abertura de novos horizontes no campo da mineração. Este último fruto de arrojada estratégia de pesquisas geológicas e tecnológicas realizadas nos anos 70, ao lado de seu excelente desempenho econômico-financeiro, nas décadas pretéritas, resultou na possibilidade de implementação do Projeto Ferro Carajás e do complexo produtor de alumínio (SILVA, 2004, p. 195-196).

De 1969 a 1979, as exportações da CVRD tiveram um crescimento de 28,5%, e, nesse mesmo período, a companhia estadunidense U.S Steel descobriu na região de Carajás, Estado do Pará, em plena Amazônia, a maior reserva de minério de ferro do mundo. Iniciou imediatamente uma agressiva ampliação de suas bases de desenvolvimento, com o então denominado Projeto Carajás abrangendo os Estados do Pará e Maranhão. Nas décadas seguintes, o Projeto tornou-se um dos principais ativos da empresa.

Desde que, em julho de 1967⁶ descobriu-se minério de ferro de alto teor na Serra de Carajás, verificou-se a implantação de vários projetos na região. Este foi o caso do PGC (Programa Grande Carajás), criado em 1980 com o intuito de fundar a infraestrutura necessária à exportação do minério de ferro e ao desenvolvimento de outras atividades econômicas relacionadas, como a produção de ferro gusa, a sojicultura e o plantio de floresta de eucalipto. O investimento logístico, financiado com recursos do Estado brasileiro através do BNDES, se justificaria desde o argumento da promoção de um grande desenvolvimento econômico e social para as regiões do Pará e do Maranhão. A trajetória da empresa esteve sempre associada à eficiência e sustentabilidade, tal como reafirma em seu discurso:

Promover a sustentabilidade nos locais onde atuamos é o nosso desafio”. Desenvolvemos programas, ações e projetos que potencializam os resultados positivos de nossa presença. A estratégia é atuar de forma integrada com os governos e a sociedade, estimulando a aplicação de impostos e infraestrutura, qualificação de trabalhadores e fornecedores e em diversificação econômica da região. Dessa forma, contribuímos para o desenvolvimento local no médio e no longo prazo. Acreditamos que nosso trabalho com as comunidades ajuda a fazer com que esse modelo

⁶ Em julho de 1967, a Cia Meridional (U.S. Steel, empresa norte-americana) revelou a existência de uma jazida de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor na Serra dos Carajás, no sul do Pará.

permaneça mesmo do fim de nossas operações nas jazidas (VALE, 2010).

Contudo, ao longo das últimas três décadas, a qualidade de vida da população regional, principalmente do Maranhão, vêm piorando sensivelmente, com baixos índices de desenvolvimento, equivalentes aos apresentados na fase anterior à implantação do projeto, apontando, uma crise social generalizada, como demonstra os dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), abaixo:

1 - Um dos principais indicadores de crise social é o IDH. Em 2002, ele era de 0,637, contra 0,687 do NE e 0,767 do Brasil. Isso representa a pior posição, apesar de ter ocorrido uma melhoria substantiva entre 1970 e 2002, de cerca de 61%;

2 - A expectativa de vida ao nascer em anos (2002) era de 65 anos contra 66 do NE e 69,4 do Brasil;

3 - O nível de alfabetização (% de pessoas com mais de 15 anos alfabetizadas) era de 64%; no NE, 77% e no Brasil, 89,6%; é o pior do Brasil;

4 - A média de estudo da força de trabalho é baixíssima; era de 2,8 anos (1991), passou para 4 anos(2000);

5 - O número de pessoas matriculadas em curso superior (duas instituições federais, uma estadual, 18 particulares) é insignificante: 60 mil;

6 - A desigualdade expressa pelo índice de incidência de pobreza extrema ou de indigência (abaixo de 1 dólar por dia) era de 30% em 2000, contra 24% do NE, e 12,9% do Brasil. Em nível de Maranhão, isso representa aproximadamente 1.800.000 pessoas; é o Estado de maior indigência do Brasil! Na chamada linha de pobreza, abaixo de um dólar dia/família, há 86 municípios, mais ou menos 4,8 milhões de pessoas. Com os programas sociais, a proporção de pobres tem caído (11%) entre 1991 e 2000;

7 - Quanto à concentração de renda, ela se intensifica entre 1991 e 2000. Em 1991, os 20% mais pobres detinham 2,9% da renda; em 2000, se apropriavam de apenas 1,2%; já os mais ricos, que detinham 2/3 da renda (64%), passam a deter 69%!

8 - O índice de Gini, que mede a desigualdade, subiu de 0,60 para 0,70 entre 1991/2000. (Cadernos IMESC 7, 2008, p. 28-29)

Figura 5 – Siderúrgica em Açailândia - Maranhão



Fonte: Acervo da autora, 2012.

Em 1994, a CVRD lançou seu programa de vendas de ações na Bolsa de Valores de Nova York. Em 1995, a empresa foi vendida ao capital privado por 3.338 bilhões – valor que não correspondia a dois meses da dívida pública, uma das bases de justificativa de FHC para a privatização. Em 2007, adotou o nome fantasia atual VALE, após uma campanha na mídia de grande repercussão nacional tentando criar consenso na sociedade civil de que a empresa é “genuinamente brasileira” e que a privatização trouxe mais desenvolvimento para o país. Um ano após sua venda, os lucros das empresas cresceram 46%, destinados principalmente aos acionistas majoritários. Por isso, as populações das cidades e comunidades atingidas pela VALE, quase sempre preteridas dos benefícios desse crescimento, questionam com veemência esse modelo de desenvolvimento concentrador da riqueza.

1.2 A Empresa Estatal transforma-se em uma Corporação transnacional

No Brasil, o processo de dependência externa tem origens na sua formação histórica e de suas elites. Conforme analisam Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, nunca tiveram pudor ou dificuldades de fazer a passagem de uma crise à outra, saindo sempre fortalecidas no seu projeto de acumulação e concentração de riquezas. Esse é o quadro que se desenhou nas décadas de 1960/1980, um período de preparação para o neoliberalismo que se instalou no país no início dos anos 1990, quando Collor de Mello elegeu-se presidente do Brasil.

Essa conjuntura representou uma derrota na construção de um projeto democrático-popular para o Brasil, vencendo mais uma vez o conservadorismo que repercutiu amplamente nos últimos vinte anos, sobretudo de forma a desagregar a construção do processo de organização e mobilização da classe trabalhadora, na sua luta por conquistas de direitos e transformações estruturais.

Com a crise do modelo de Estado desenvolvimentista, a crise da dívida externa e o desequilíbrio do balanço de pagamentos agravado pela suspensão dos fluxos financeiros internacionais e a tentativa do governo brasileiro de reanimar o modelo desenvolvimentista, o Brasil seguiu na contramão das recomendações propostas pelos organismos internacionais. Finalmente, com o fracasso do Plano Cruzado I e II, abriu-se o caminho para a expansão do neoliberalismo no Brasil no início dos anos 1980. Este período foi marcado pelo enfrentamento entre os intervencionistas e neoliberais, ocupando espaço na mídia e na academia para difundir suas ideias e ganhar adesões de intelectuais, políticos, burocratas e lideranças patronais. Em 1989, os neoliberais derrotaram o projeto desenvolvimentista com a eleição de Collor de Melo. Com o impeachment de Collor, em 1992, o projeto em fase de implementação foi ameaçado, mas o Governo Itamar Franco, sustentado por um amplo leque de forças políticas, manteve em linhas gerais, os pilares do modelo econômico neoliberal (GALVÃO, 2007).

Um postulado fundamental da política econômica neoliberal é a defesa de um Estado mínimo capaz de combater as prerrogativas do Estado de bem-estar e

as formas desenvolvimentistas articuladas pelo Estado brasileiro. Ressaltamos, porém, que esse “mínimo” está associado à perda dos direitos sociais universais que serão substituídos por políticas compensatórias e focalizadas. Para as personificações do capital, porém, o Estado é máximo. Desta forma, o Brasil caminhou para o que Sampaio chama de uma reversão colonial⁷ que se expressa no desmonte das empresas estatais, nas privatizações, inclusive, de empresas estratégicas como Companhia Siderúrgica Nacional e a CVRD. O processo de venda a “preços de banana” configurou uma tendência à fusão do capital internacional e do capital nacional em geral financiado por recursos públicos. Tramitam processos na Justiça Federal impetrados pelos movimentos sociais e personalidades brasileiras, questionando, como um ato inconstitucional, a venda dessas empresas. Estes atos se tornaram recorrentes durante toda década dos 1990.

O Plano Real⁸ permitiu a continuidade e a consolidação do projeto neoliberal no Brasil, assegurando a vitória de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das eleições de 1994. Entretanto, esse aparente sucesso não durou e, para frear o ritmo de consumo, impedir a volta da inflação e manter o mercado brasileiro atraente aos capitais estrangeiros, elevaram-se as taxas de juros, provocando a desaceleração da economia. O aumento do desemprego e da precarização do mercado de trabalho incidiram negativamente sobre a renda dos trabalhadores assalariados, como os trabalhadores do setor formal e servidores públicos. Amplos

⁷ O estudo de Sampaio conclui que para caracterizar essa “nova dependência” três processos foram suficientes: primeiro, a difusão desigual do progresso técnico aumentou a defasagem tecnológica das economias atrasadas. A incapacidade estrutural de suportar a concorrência internacional deixou a periferia extremamente vulnerável aos processos catastróficos de desestruturação produtiva. Segundo, a transnacionalização do capitalismo reforçou a dependência financeira, o que se evidencia pelo caráter estrutural dos desequilíbrios no balanço de pagamentos. (...) Nessas circunstâncias, o mercado interno deixa de ser o centro dinâmico da economia e a instabilidade econômica torna-se uma fonte permanente de crise social e política. (...) Por fim, as transformações no padrão de desenvolvimento capitalista intensificaram a dependência cultural, comprometendo a premissa elementar de um Estado nacional: sua existência como entidade dotada de “vontade política” própria. (SAMPAIO, p.147-148, 2007).

⁸ Funcionou como concessão material, pois a população de baixa renda aumentou seu consumo (principalmente de eletrodomésticos) nos primeiros meses da vigência do plano, sendo beneficiada por uma suposta melhoria na distribuição de renda.

segmentos de trabalhadores não tiveram acesso ao trabalho formal - “excluídos”⁹, que o governo procurou compensar com políticas focalizadas, como os programas de renda mínima e o bolsa-escola, um aumento pequeno mas relativamente importante de renda. Essa confluência de fatores possibilitou a reeleição de FHC.

O período seguinte caracterizou-se pela desindustrialização, intensificação das fusões com o capital estrangeiro, convertendo as indústrias nacionais em importadoras e revendedoras de mercadorias. Através de leilões, houve o desmanche de parte importante das empresas estatais, como o parque siderúrgico e petroquímico, bancos, ferrovias, operações portuárias, companhias telefônicas e de energia elétrica. Para garantir maior abertura para o capital estrangeiro instalar no Brasil, o governo FHC revogou o artigo 171 da Constituição, onde estabelece as diferenças de capital nacional e estrangeiro;

Importante para analisar é a revogação do artigo 171 da Constituição, eliminando a diferença entre empresa brasileira de capital nacional e empresa brasileira de capital estrangeiro, que passaram a ser consideradas, indistintamente, empresas brasileiras, medida ligada à quebra dos monopólios estatais – petróleo, recursos minerais, telecomunicações, geração e distribuição de energia elétrica, distribuição de gás para fins de licitações para execução de obras públicas e contratação de bens e serviços públicos, exploração de recursos minerais e hidráulicos, obtenção de financiamento público – via BNDES etc. (GALVÃO,2007,p.32.).

Como se observa esse período foi marcado por perdas históricas de direitos dos trabalhadores e pela desnacionalização do patrimônio estatal. Contudo, esse processo não passou despercebido das organizações populares. Manifestações e formas de resistência dos movimentos sociais contrários à regressão colonial ocorreram no campo e na cidade. Quanto à relação Estado-sociedade civil, a força hegemônica consolidava o consentimento da burguesia brasileira em sua associação com o capital internacional.

O processo de privatização da CVRD esteve colado à reforma do Estado,

⁹ Expressão utilizada para designar populações pobres, sem acesso aos direitos cidadãos, e sem vinculação com o trabalho formal, também é uma forma de escamotear, esconder as contradições sociais e a luta de classes.

sendo necessário adequar o capitalismo brasileiro às novas demandas do capital internacional, durante a década de 1990, conhecida como a *era neoliberal*. O governo FHC, historicamente, cumpriu esse papel de entrega do patrimônio brasileiro ao capital internacional, mas é importante ressaltar que essa vocação já existia na criação da CVRD. Entretanto, esse fato não ocorreu sem muitas polêmicas, contestações e mobilizações da sociedade civil que via na empresa um exemplo de eficiência e inovação tecnológica, patrimônio do povo brasileiro. Foram 54 anos para construir e amadurecer esse complexo produtivo e não havia explicação plausível que justificasse sua venda e desnacionalização:

Não existe um só argumento que justifique a venda da Vale com consistência técnica, econômica ou social. Ou são manifestações ideológicas, ou falsificações primárias. A Vale é um dos poucos sistemas globais que o país possui, com capacidade autônoma de atrair investimentos e financiamentos externos, realizar parcerias estratégicas e manter a inserção competitiva no mercado internacional altamente oligopolizado. É uma ferramenta fundamental para o planejamento estratégico do desenvolvimento brasileiro (TAVARES, 1997).

Questiona-se por que uma empresa como a CVRD, que desde sua criação foi considerada lucrativa, eficiente e motor de desenvolvimento regional e nacional deve ser privatizada. Quais os argumentos pautados pelo governo brasileiro? Ao que tudo indica, foram argumentos sem muita consistência. O principal era a redução da dívida pública do país, mas o valor final da venda não daria para pagar um mês de juro da dívida. O Banco Nacional de Desenvolvimento Social - *BNDES* lançou uma cartilha, em janeiro de 1997, esclarecendo à sociedade que a nação brasileira não perderia com a privatização da CVRD, que a venda da Vale não ameaçaria a soberania nacional, e que os pobres iriam se beneficiar. Além disso, argumentava-se que, embora uma empresa lucrativa havia uma série de restrições burocráticas que impediam sua autonomia, e aconselhava-se a liberdade de ação para a realização de investimentos estratégicos.

Desta forma, pode-se concluir que o processo de desnacionalização e privatização na década de 1990 esteve estreitamente ligado às formas de superação de mais uma crise do capital, através das políticas neoliberais com sua

receita de Estado Mínimo e o mercado regulando a economia, isto é: liberdade para a realização sociometabólica destrutiva do capital. Estes argumentos são inconsistentes quando os dados apresentam uma realidade distinta: desde o ano de 1970 a taxa média de crescimento da CVRD foi de 13,6% até sua privatização, período em que se desacava como maior produtora mundial de ferro e principal exportadora de alumínio e ouro da América Latina.

Além de ser a terceira maior mineradora do mundo, possuía um complexo produtivo comportando dois portos, frota de navios graneleiros, 1.800 km de ferrovias que trafegavam na época dois milhões de passageiros e transportavam 64% da carga por trens. Formado por 54 empresas diversificadas, no setor da agricultura, na produção de fertilizantes; indústria com os minerais metálicos e não metálicos, siderurgia, papel celulose, comércio exterior na exportação e navegação transoceânica.

Através da sua empresa DOCEGEO, a CVRD controla a pesquisa na área da geologia, caracterizada como uma área estratégica, pois se trata de domínio técnico-científico do minério do país. Apesar de todo o discurso governamental tentando desvalorizar o capital da CVRD, as maiores corporações do planeta manifestaram interesse pela compra, pois na avaliação desses grupos, a empresa era considerada a *topcompanies* do país.

A partir desses parâmetros, conclui-se que o método de subavaliação da CVRD para sua venda foi lesivo ao patrimônio público, motivo pelo qual os movimentos sociais se insurgiram contra a privatização, impetrando na Justiça Federal mais de cem ações populares, questionando o processo. Entre os argumentos das ações inclui-se a reavaliação do patrimônio, a perda da soberania nacional, a inconstitucionalidade da venda de reservas de urânio e a cessão da exploração de minérios na faixa de fronteira que, segundo a legislação brasileira, é restrita a União. Além disso, pairam muitas dúvidas sobre a avaliação do patrimônio da CVRD, tendo em vista os direitos minerários – autorizações de pesquisas e de lavras.

As ações permanecem abertas até o momento na Justiça Federal,

requerendo a anulação do leilão que privatizou a CVRD, e constituindo por réus a União e o BNDES, por serem os responsáveis pela operacionalização da desnacionalização e privatização da CVRD. Também continua viva a luta pela reestatização da companhia, mais fortemente pelos Movimentos de Atingidos pela Mineração/Vale. A figura, abaixo, demonstra a sugestão de um plebiscito popular, em defesa da nacionalização da Vale:

Figura 6 - A Vale é Nossa



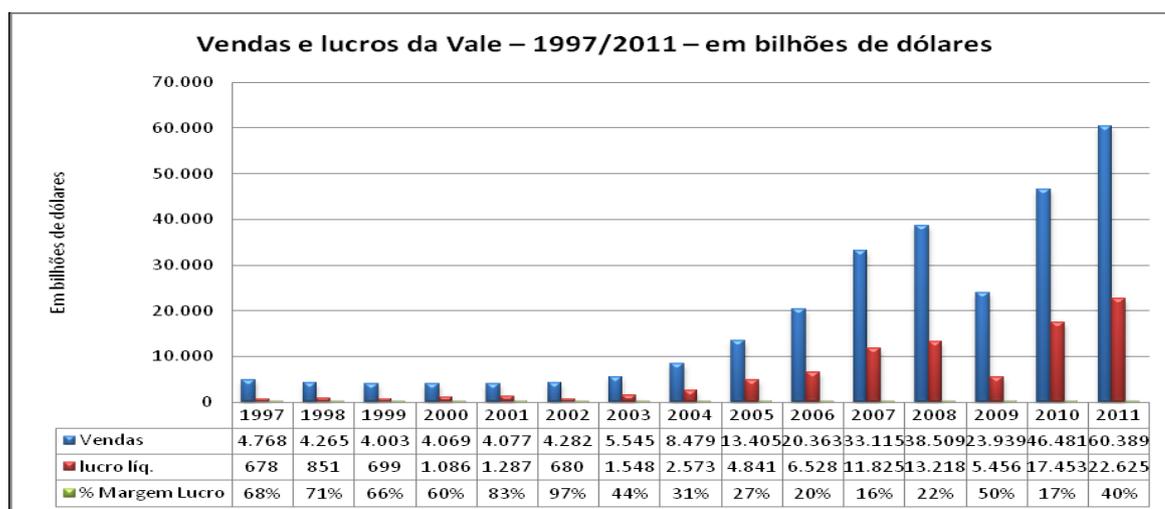
Fonte: Comitê Nacional pela Vale do Rio Doce

Importante ressaltar que a CVRD sempre esteve ligada às questões ambientais, pois a exploração mineral no país tem deixado um rastro de degradação, conflitos e desestruturação das comunidades tradicionais. Além disso, promove o inchamento dos arredores das cidades, provocando baixo índice de desenvolvimento humano, enquanto as empresas mineradoras, através de sua exploração, alcançam cada vez mais lucratividade, reproduzindo e ampliando o modelo concentrador de riquezas.

Um fato a ser dimensionado em devido grau diz respeito à avaliação da Vale, segundo os indicadores de mercado: em 1997, a Vale havia sido avaliada em cerca de US\$ 10 bilhões de dólares; passados 14 anos, as cifras dão conta de que

acumulou à sua receita bruta o montante de US\$ 46,4 bilhões, com lucros de US\$ 17,2 bilhões e um valor de mercado equivalente a US\$ 170 bilhões, garantindo um retorno aos seus acionistas de 38,2 % (em US\$). Em 2010, por exemplo, investiu US\$ 12 bilhões e, em 2011, US\$ 24 bilhões. Na soma total, equivalente a 10 anos de atividades, distribuiu algo em torno de US\$ 17,4 bilhões entre seus acionistas¹⁰

Figura 7: Lucros da Vale



Fonte: Dossiê Impactos e Violações da Vale no Mundo – 2010

Para compreender o funcionamento atual da VALE, é necessário analisar sua atual composição acionária, algo obscurecido por inumeráveis siglas: União - “golden share” com poder de veto em relação a alguns temas estratégicos; Bloco de controle de capital: Valepar (53,5% das ações com direito a voto), composta pela Litel (fundos de pensão, com 49%), BNDESpar (11,5%), Bradespar (21,2%) e Mitsui (18,3%). O peso do controle público reflete-se no Conselho de Administração da empresa. Pelos dados, a Vale é controlada pela sociedade Valepar S.A, que detém 53,3% do capital votante (33,6% do capital total). Em seguida, o Governo Brasileiro, com 6,8%, e vários investidores, cada um dos quais não possui mais de 5% das cotas (13,3% brasileiros e 26,6% estrangeiros). Desta

¹⁰ Dados extraídos Documentos Justiça nos Trilhos, 2011.

forma, a estatal brasileira tornou-se uma transnacional. Aqui convém destacar da análise de Godeiro, quão decisivo tem sido, ao longo de diversas conjunturas, o peso do Estado brasileiro, como condição de possibilidades ao desempenho econômico da empresa e sua internacionalização:

O fato é que dificilmente a Vale seria a empresa que é hoje se não fosse o Estado brasileiro. Desde isenções fiscais concedidas por governos estaduais, municipais, passando pelo financiamento do BNDES (que financia o plano quinquenal), o Estado brasileiro sempre desempenhou da melhor maneira possível suas políticas governamentais que favoreceram direta e indiretamente o desempenho econômico da Vale, bem como fortaleceu as bases para sua internacionalização (GODEIRO, 2007, p.38).

Nos documentos de criação da CVRD, ficou estabelecido que 8% do seu lucro líquido seriam destinados às ações que estimulasse o desenvolvimento das comunidades onde a empresa desenvolvia suas atividades, como escolas, programas de assistência social, dentre outros. Entretanto, a lógica da privatização impõe uma modificação nas formas de gestão da empresa, com o efeito de subordinação às premissas neoliberais de “eficiência”. Criou-se, então, um fundo de desenvolvimento coordenado pelo BNDES, em substituição ao antigo fundo, sendo estabelecida uma parcela única com a doação de 85 milhões.

A compreensão do que é a Vale e o seu território, de como organizam suas relações de produção e de como vai se consolidando em uma das maiores transnacionais brasileiras e da América Latina, pode ser encontrada na história que a própria empresa narra através de seus documentos. Para se ter uma ideia, apresentamos a seguinte auto-definição:

A Vale S.A. (Vale) é a segunda maior mineradora diversificada do mundo e a maior empresa privada na América Latina. Somos a maior produtora do mundo de minério de ferro e pelotas, matéria-prima essencial para a indústria siderúrgica, uma das maiores produtoras de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável, baterias, ligas especiais, químicos, entre outras. A Vale também produz cobre, manganês, bauxita, alumina, alumínio, carvão, cobalto, platina, paládio, entre outras matérias primas importantes para o setor industrial global (VALE, 2011. Disponível em www.vale.com)

Trabalhar de forma articulada para contribuir com a construção de um legado positivo para as gerações futuras. Equilibrar os aspectos sociais, ambientais e econômicos dos nossos negócios de forma a gerar valor de longo prazo para acionistas, empregados, comunidades e governos nos países onde atuamos (VALE, 2009. Disponível em www.vale.com)

Os valores estratosféricos gerados pela Vale são inversamente proporcionais à situação salarial de seus trabalhadores, ou seja, o fato de que consomem apenas 4,48% da sua receita demonstra o grau de (des)valorização dos seus trabalhadores. Outro aspecto de grande relevo quanto às mudanças realizadas na relação de trabalho, é o fato de, atualmente, a composição de seu quadro de empregados já alcança o percentual de mais de 50% de trabalhadores terceirizados, o que significa, de fato, uma forte precarização do trabalho. Importante ressaltar que a tercerização foi intensificada a partir de 1997, após sua privatização, em um processo que trouxe consequências bastante negativas para os trabalhadores como, por exemplo, a perda de direitos conquistados em passado não tão distante e, em muitos casos, à precarização do trabalho. Esses dados contraditam, inclusive, os próprios documentos da Vale.

Para um comparativo explicativo sobre o problema, há exemplos de três países onde a Vale atua: no Canadá, o salário médio gira em torno de US\$ 5.000; no Brasil, o salário médio é de US\$ 1.150 e para os empregados recém-contratados, é de US\$ 700. Em Moçambique, o salário médio é de US\$ 100. Tais exemplos demonstram em números, como do ponto de vista do trabalho, como se realiza a “prioridade” e o conceito de “desenvolvimento” para a Empresa VALE. Abaixo, uma *charge* de Latuff sobre a transnacional Vale no Peru, trazendo nesta linguagem uma representação do grau coactivo da Vale em relação aos movimentos sociais e suas diversas expressões de resistência:

Figura 8 – Latuff: A Vale no Peru



Fonte: Latuff, 2012. Disponível em www.mst.org.br

Outra questão a ser considerada são os aspectos sócio-ambientais que determinam a vida nas cidades e comunidades onde a Vale atua, algo que se pode avaliar pela forma predatória com que se apropria dos espaços públicos e privados e da natureza. Os moradores originários são expropriados de suas casas de modo absolutamente perverso. Igualmente graves são os danos causados pela trepidação e pelo barulho ensurdecedor dos trens que transportam minérios, a inexistência de passarelas e passagens de nível que impõe aos habitantes das comunidades (quase sempre trabalhadores rurais) longas esperas pela travessia, com frequência perturbadora de atropelamentos de pessoas e animais.

Figura 9 - O trem da Vale no Assentamento Vila Diamante



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Como consequências de suas ações relativas às dimensões socioambientais, decorrem também o assoreamento ou alagamentos dos igarapés, diversos e crônicos problemas de saúde (inclusive de natureza psicológica) relacionados à poluição, a danificação das estradas pelos veículos pesados e canteiros de obras.

Nesse quadro, em sua natureza, demonstrativo do caráter predatório da atuação da Vale, é necessário enfatizar os sérios riscos de crescimento da prostituição infanto-juvenil, o inchamento da cidade, o colapso dos serviços públicos, o aumento de situações de violência e droga, os conflitos abertos com as comunidades tradicionais. Neste particular, é preciso destacar, uma pronunciada ausência de perspectiva, como se observa da incerteza quanto ao futuro dessas comunidades.

Apesar de todas estas sérias implicações, o discurso midiático auto-laudatório da referida empresa se amplia, com o efeito de reprodução de uma imagem positiva da sua atuação, como uma empresa brasileira que garante direitos aos seus trabalhadores, que protege a natureza e o propalado desenvolvimento

sustentável nas regiões em que atua. Isto também se dá a perceber em seus documentos, quando recorre às supostas relações com a “sociedade civil”, como significativo de sua capacidade empresarial de “ouvir”. Dito de outro modo, a presente pesquisa intenta demonstrar as diferenças entre o discurso veiculado na mídia, as intenções retóricas expostas em documentos produzidos pela empresa e as realidades configuradas em suas áreas de atuação:

O aprimoramento de nossa capacidade de ouvir os diferentes públicos e também de expor a forma como gerimos nossos negócios é um desafio permanente. Mantemos relacionamento com os governos e a sociedade civil por meio da participação em entidades e a produção de diagnósticos socioeconômicos (VALE, 2010. Disponível em www.vale.com)

Contrariando tais afirmações, a imagem abaixo revela uma área de extração de minerais em grande escala, pela Vale:

Figura 10 – Cratera do Projeto Ferro em Carajás



Fonte:<http://atingidospormineração.blogspot.com.br>

A imagem reflete o que fica depois da extração de minerais em grande escala: um cenário de destruição sócio-ambiental, que jamais terá retorno para a região atingida. A paisagem dos espaços impactados vai se modificando na medida em que vão se ampliando os conflitos provocados pela desestruturação das

comunidades tradicionais, indígenas, caboclos, ribeirinhos, quilombolas e assentados. A Empresa Vale faz a propaganda de um desenvolvimento sócio-econômico e sustentável, mas os dados da realidade apresentam outra história: do desrespeito aos direitos humanos, das condições insalubres de trabalho e de destruição da natureza. Tal se evidencia, por exemplo, no seguinte dado: a empresa Vale libera uma quantidade, significativamente além do limite suportável, de resíduos industriais nos rios e oceanos, emitindo 4% do gás carbônico de todas as atividades desenvolvidas no Brasil. Para se dimensionar o grau de destruição socioambiental, veja-se que, nos marcos estrito da regulação brasileira, o IBAMA, na última década, autuou a Vale 56 vezes por violações à legislação ambiental:

Trabalhar de forma ética e respeitosa em todos os países e regiões onde atuamos. Buscar excelência na nossa governança corporativa, nos processos operacionais, na qualidade dos produtos e relacionamentos com partes interessadas. Difundir a atuação sustentável na nossa cadeia produtiva. Adotar padrões e práticas globais de sustentabilidade, respeitando a soberania de cada país e a legislação local (VALE, 2009. Disponível em www.vale.com)

Outra questão que não pode ser desprezada na análise feita nesta pesquisa, diz respeito à vinculação da atuação da Vale às situações de trabalho análogo ao escravo. Segundo pesquisa da ONG Escravo Nem Pensar, dentre 1.998 casos deste tipo no Brasil (2003 a 2010) ligados à mineração e ao carvão (diretamente na produção do ferro gusa), 223 casos (10,2%) fazem parte da cadeia produtiva Vale.

Segundo informações da Sociedade Direitos Humanos de Açailândia, depreende-se que a maioria do trabalho escravo contemporâneo, 38% é maranhense e que na cadeia produtiva da mineração há uma relação íntima, pois onde tem carvoaria, na sua maioria foi constatado trabalho escravo. Várias siderúrgicas foram autuadas na situação de trabalho escravo, algumas fechadas pelo Ministério Público; de destaque, para fins deste estudo, é o fato de que todas eram tercerizadas da Vale.

Figura 11 – Fornos em Açailândia



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Um bom parâmetro para se verificar esses dados são as várias pesquisas desenvolvidas nas Universidades Federais do Pará e do Maranhão que comprovam os acentuados impactos sobre os territórios e as populações. Segundo o Dossiê “Impactos e Violações da Vale no Mundo 2010”, as ações da Vale vêm gerando altíssimos custos sociais e passivos ambientais que raramente são divulgados pelos documentos oficiais da empresa. Desmatamento, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público, contaminação de cursos d’água são atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e pelo transporte de seus produtos até os mercados finais.

É voz corrente que em todas as áreas de exploração da Vale intensificam-se as consequências sociais e ambientais nocivas do modelo de desenvolvimento desigual e concentrador. Neste sentido, é necessário compreender a nova configuração do capital e a função do Brasil nesse contexto. É necessário compreender o significado do capitalismo atualmente para as comunidades rurais

do Maranhão e Pará, sobretudo com a criação do Projeto Grande Carajás, e seus efeitos sobre as formas tradicionais de ocupação da terra e organização do modo de vida das comunidades atingidas, que resistem à expulsão de seus territórios. Sobre os movimentos de resistência, deve-se observar como expressam sua ofensiva contra hegemônica:

Ao longo dos últimos anos, foi aventada a implantação de um projeto de grandes empreendimentos siderúrgicos da Vale na capital do Maranhão. A produção de aço pretendida para o Pólo Siderúrgico de São Luís implicaria na emissão de 35,6 milhões de toneladas/ano de Dióxido de Carbono (CO²), principal responsável pelo efeito estufa. Além dos riscos ambientais, o impacto social também seria muito forte. De fato, seriam removidas 14.400 pessoas de 11 comunidades rurais existentes na área, que perderiam ao mesmo tempo seus empregos e moradias. A resistência popular na cidade de São Luís conseguiu barrar esse empreendimento, até que em 2009 a Vale mudou seus planos e direcionou os projetos para o Espírito Santo e Rio de Janeiro. (Dossiê Impactos e Violações da Vale no Mundo, 2010)

Outro aspecto a se ressaltar é a forma como a empresa VALE se estrutura para se antecipar frente aos conflitos sociais que surgem a partir dos impactos provocados por suas atividades, ou seja, como a empresa se prepara para enfrentar as ações de resistência das populações locais. O que se pode observar é que essa preocupação da empresa não ocorre para resolver os conflitos, mas para reprimi-los:

A Vale é uma mineradora pioneira, que trabalha com paixão, descobrindo e transformando recursos em ingredientes essenciais que fazem parte do dia a dia de todas as pessoas. Hoje, somos a segunda maior mineradora do planeta e temos também negócios no setor de logística e projetos de geração de energia. Estamos presentes nos carros, nos computadores, em quase tudo o que você usa. E também nas florestas, ajudando a preservar milhares de quilômetros quadrados de áreas verdes ao redor do planeta. Nos rios, reaproveitando 76% da água que utilizamos. Na terra, com fertilizantes que ajudam na produção de alimentos. No ar, utilizando energias limpas e renováveis. Atuamos nos cinco continentes, de forma responsável e comprometida com o desenvolvimento sustentável. Valorizar e investir nas pessoas que atuam conosco é a base para a conquista de novos desafios. Acreditamos na inovação, como base do nosso desenvolvimento, para criar a mineração do futuro e alcançarmos a visão de ser a maior e melhor mineradora do mundo (VALE, 2011. Disponível em www.vale.com)

Observa-se que desenvolvimento sustentável e direitos humanos são focos recorrentes que a VALE imprime ao seu discurso e documentos:

Mantemos um diálogo contínuo com as autoridades de governo nos países em que estamos presente. Visando contribuir para o aprimoramento da regulamentação de nossas atividades e disseminar as melhores práticas industriais, participamos de entidades e associações nacionais e internacionais.

Nossa relação com autoridades governamentais, organizações e entidades representativas da sociedade civil, são norteadas pelo Código de Conduta Ética e a Visão, Missão e Valores da Vale. Em atividades político-partidárias, mantemos a imparcialidade (VALE, 2010. Disponível em www.vale.com)

Vários exemplos de resistência não confirmam os documentos da Vale: a greve de um ano dos trabalhadores da Vale, no Canadá; a violação dos direitos dos trabalhadores rurais vinculados ao Movimento Sem Terra e Via Campesina, no Maranhão e Pará; pescadores no Rio de Janeiro; ambientalistas de Minas Gerais e do Chile; comunidades tradicionais de Moçambique; indígenas do Perú e também de Nova Caledônia, no Pacífico. Outro caso emblemático é a participação da empresa Vale na construção da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, no Pará, que se tornou mais uma das razões pelas quais os movimentos sociais da região questionam a sua visão de desenvolvimento e sustentabilidade.

Sua atuação no Brasil encontra inúmeras facilidades para intensificar a acumulação de capitais: paga salários irrisórios, não paga ICMS, graças à lei Kandir, os royalties são baixíssimos e, na maior parte das vezes, não pagos, consome energia muito abaixo do custo da produção e conta com muitos incentivos fiscais para explorar os minérios. Os royalties da exploração mineral, obtidos da Compensação Financeira de Recursos Minerais (CFEM) são distribuídos da seguinte forma: 12% ficam com a União, 23% com os Estados da Federação e 65% com o município produtor. O percentual, porém, de forma alguma garante prosperidade para as regiões atingidas. É o caso do Pará, quarto Estado mais pobre do país com 18,9% da população – ou 1,5 milhão de pessoas – vivendo em condições de extrema miséria. O caso do Maranhão é ainda mais grave porque das 21 estações da Estrada de Ferro Carajás, 18 se encontram no Estado que sofre os impactos provocados pela ferrovia e não conta com o benefício da CFEM porque não é produtor. Ali, 1,7 milhão de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, ou 25,7% dos habitantes do Estado, triplicando a média do país que é de 8,5%. (PINASSI e NETO, 2012, p.3)

Outro aspecto está relacionado aos impactos da duplicação da estrada de ferro, que irão atingir 100 comunidades e 21 cidades entre os Estados do Pará e Maranhão. São regiões envolvidas diretamente, pois a expansão faz parte de um ciclo que envolve a construção de infraestrutura para manter a grande mineração, como hidroelétricas, monocultivo de eucalipto. As comunidades atingidas no corredor Carajás são indígenas, quilombolas, pequenos agricultores e assentamentos da Reforma Agrária.

Figura 12 – Duplicação da EFC no Assentamento Vial Diamante



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Os impactos mais perversos são os ambientais e sociais, pois muitas comunidades tradicionais estão sendo removidas, e os que ficam na margem da ferrovia serão obrigados a cada 20 minutos a verem um trem. Será 52 trens diários, fato que mudará radicalmente a vida na região, e pelos trilhos não virão “o progresso e o desenvolvimento”, pois nas audiências públicas que a Vale tem dito com o governo federal, estadual e municipal é que devem assumir suas

responsabilidades, negando frontalmente o que apresenta em seus documentos.

Segundo a empresa, a sua maior preocupação é transformar recursos minerais em riqueza, com base no desenvolvimento sustentável. Para isso, afirma que tem compromisso com uma atuação sócio ambiental “responsável” e se empenha em potencializar o desenvolvimento das comunidades nas regiões em que desenvolve seus projetos. No entanto, não é exatamente isso o que se comprova, por exemplo, na expansão do porto de Ponta da Madeira, em São Luís, e na expansão de toda cadeia de exportação do minério, que implicará a exploração de novas minas e a duplicação dos trilhos. Essa ampliação significa, na verdade, aumento da destruição e dos impactos sócio-ambientais no corredor de Carajás.

Figura13 – Obras ampliação EFC – Igarapé do Meio - Maranhão



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Em matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, de 28 de junho de 2012, o IBAMA anuncia a concessão de uma licença ambiental prévia para o complexo de minério de ferro Serra Sul, no Pará. Observe-se que esse projeto está cotado atualmente como o maior no mundo, com um investimento de 20 bilhões de

dólares. Sobre isso, o porta voz da Vale declarou o seguinte:

Em 2017, devemos produzir 460 milhões de toneladas, considerando que nossa produção (total - sistema Norte e Sul) hoje está na casa de 310 milhões. Teremos aumento substancial até lá. E mais a qualidade do minério que será extraído em Serra Sul é uma das principais vantagens do projeto. "Antes de ser produzido, o minério já está vendido", disse o diretor executivo de Estratégia da Vale, José Carlos Martins. Segundo ele, o projeto também atrai por ter um custo de produção extremamente baixo".Qualidade, custo e sustentabilidade tornam o projeto único (Estado de São Paulo, São Paulo, 28 junho 2012).

Entretanto, destaca-se que tal licença vem sendo contestada pela equipe técnica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio¹¹, contrário à autorização. Além de impactar a população das cidades e suas comunidades camponesas, atingirá 174 cavernas que foram encontradas na região e que, segundo especialistas, são classificadas como de "relevância máxima", pois esse material data dos últimos 10 mil anos e não há como preservá-las com a extração do minério. Isso não abala o entusiasmo da empresa, pois, segundo pesquisas realizadas, a mina terá um teor 67% mais elevado do que o minério de ferro australiano. Portanto, "Não haverá no mundo minério com melhor qualidade e com custo mais baixo e mais competitivo. Não haverá dificuldade para colocar no mercado" (José Carlos Martins, diretor-executivo da área de ferrosos e estratégia da Vale – em entrevista ao jornal Estado São Paulo).

Argumentam que há um esforço da Vale em reduzir o consumo de recursos naturais e combustíveis fósseis e traçam uma meta de redução de 93% no consumo de água, de 77% no consumo de combustível e de 50% nas emissões de gases de efeito estufa. Contudo, em nenhum pronunciamento falou-se dos municípios e comunidades camponesas que serão atingidos de forma agressiva por mais esse rompimento das fronteiras da exploração destrutiva da grande mineração.

Os cenários que apontam no sentido da grande mineração é o crescimento mundial do consumo de aço, segundo o diretor-geral da WSA, Edwin Basson: "Acho que podemos ser otimistas para o futuro. Não existe sociedade moderna sem aço". Essa afirmação significa que, de acordo com as projeções do setor, esse

¹¹ Autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e criada em 2007.

consumo irá duplicar até 2050 e se estabilizar em até 3 bilhões de toneladas anuais, de acordo com projeções da World Steel Association - WSA. Esse crescimento, sem dúvida, trará consequências dramáticas para as populações pobres da região, como já vem sendo a realidade daquelas que se encontram no caminho da empresa. Por isso mesmo, a relação entre a exploração mineral, os impactos provocados e os sinais de resistência caminham juntos.

Embora a Vale ocupe um espaço no imaginário do povo brasileiro como uma empresa genuinamente brasileira que trouxe desenvolvimento e elevou o nome do país, é fundamental perguntar qual a verdadeira face da Empresa. Ao mesmo tempo em que utiliza os meios midiáticos, contratando artistas populares, intelectuais para defender seus objetivos de exploração e espoliação dos recursos minerais, afirma que a missão da empresa é a transformação dos recursos naturais em “prosperidade e desenvolvimento sustentável”. Defende como seus valores, a vida em primeiro lugar, expressa na valorização dos seus trabalhadores, e a forma como cuida do planeta. No mínimo há incongruência nesse seu discurso, pois a realidade das comunidades atingidas pela Vale é outra, marcada pela agressiva concentração de riquezas.

A Vale cumpre seu papel como empresa capitalista dentro de um padrão de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, seguindo suas tendências mais gerais. Retome-se o seu slogan: "Somos globais, não só por que estamos no mundo todo. Mas também por que pensamos no mundo." Pergunte-se em que perspectiva a Vale pensa o mundo. Que tipo de desenvolvimento se propõe a construir? A resposta está nos fatos e dados da realidade que explicitam a violações dos direitos humanos, a super-exploração do trabalho, pilhagem do patrimônio público, devastação da natureza, deslocamento forçado das comunidades onde tem interesse para exploração do minério. Esse seu modo de produzir, destruindo; de um modo de intervir no mundo para acumular, explorando traz consequências sociais e ambientais irreversíveis, não só para as comunidades locais, mas para a sobrevivência da humanidade. Em outros termos, o determinante é o modo de produzir e não o modo de ver da Vale.

CAPÍTULO II

Impactos da Vale: Nos caminhos dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás

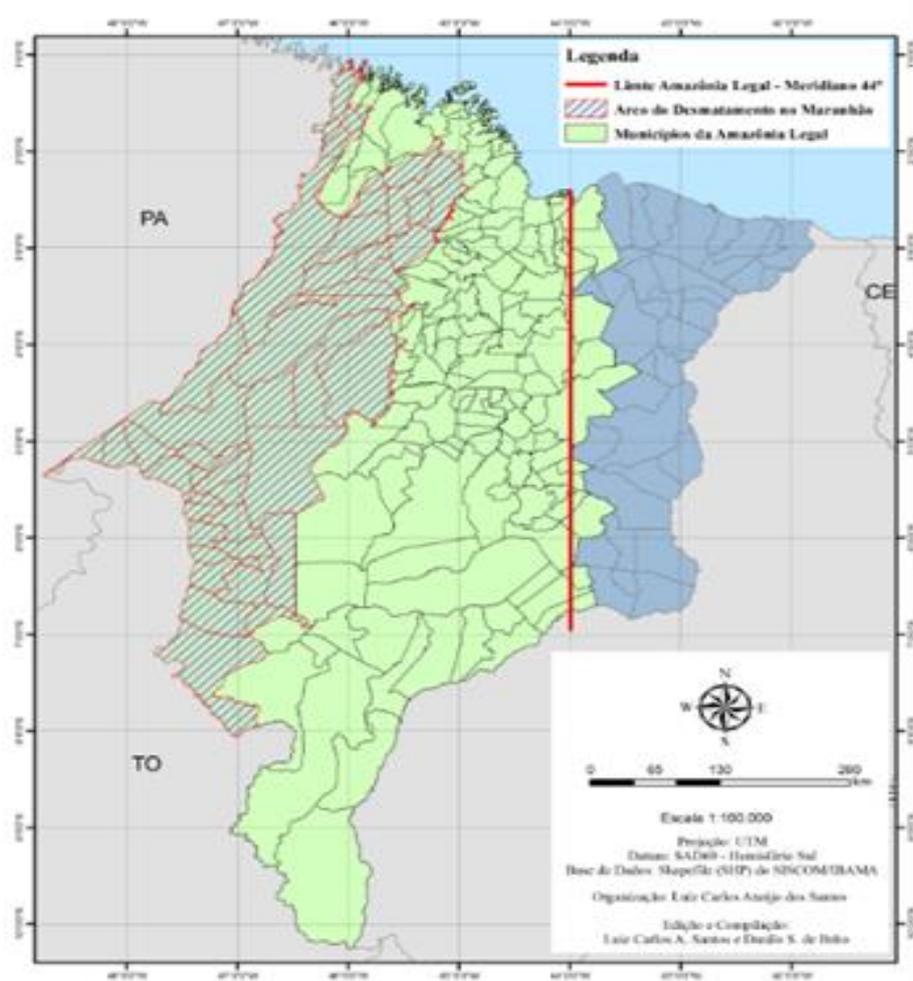
A partir da década de 1960, com o processo de ocupação da região da chamada fronteira agrícola que compreende o sudeste do Pará e sul do Maranhão, foi instalado um projeto de extração mineral que iria incidir de maneira perversa nos destinos da região. Ressalta-se que nos séculos passados a região compreendida pelo norte do país teve vários ciclos de exploração, como o ciclo da borracha e do algodão. Entretanto este estudo estará centrado nesse último período que compreende a instalação da Companhia Vale do Rio Doce na extração de minérios, dos anos 1980 aos dias atuais, enfocando prioritariamente o período recente quando se podem avaliar os resultados desse projeto de grande extração mineral.

As ações da Vale vêm gerando altíssimos custos sociais e passivos ambientais que são raramente divulgados nos documentos oficiais da empresa. Desmatamento, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público, contaminação de cursos d'água são atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e pelo transporte de seus produtos até os mercados finais. (Dossiê Impactos e Violações da Vale no Mundo, 2010)

A região do Grande Carajás, foco desta pesquisa, tem por característica histórica o fato de ter uma população significativa no campo: comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária. Daí o impacto particularmente dramático do projeto da Vale na configuração da região, tendo em vista a produção agrícola e o uso tradicional dos bens da natureza. Importante ressaltar que esta região faz parte da Amazônia, agravando os impactos da grande extração mineral.

De acordo com a lei nº 1.806, de 06 de junho de 1953, é parte da Amazônia Oriental, Estados do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Pará, sendo que à Amazônia brasileira acrescentam-se os Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, visualizados no mapa abaixo:

Figura 14 – Mapas da Amazônia Legal Brasileira.



Fonte: IPPA- MA, 2012.



Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente (2011).

A Ferrovia Carajás, tem capacidade de transporte de 100 milhões de toneladas e, com o objetivo de aumentar a exportação de minérios, está em processo acelerado de duplicação, para o transporte para 230 milhões de toneladas de minério. Por essa razão, este capítulo apresentará os impactos nas comunidades por onde passam os trilhos que escoam os minérios da Empresa Vale, percorrendo a Serra Carajás, no Pará, até o Porto da Madeira, em São Luís, capital do Maranhão.

Prioritariamente, serão observadas as comunidades no Estado do Maranhão, onde se encontra o maior número de comunidades impactadas. Contudo, é necessário apresentar elementos gerais da região. Nesse caminho serão observadas as formas de intervenção da Empresa, seu discurso e formas de abordagem às comunidades, o significado de “desenvolvimento sustentável” e sua aplicação nas comunidades da região. Serão também observados os impactos para as comunidades que vivem no entorno desses projetos e a relação empresa-Estado, sociedade civil e movimentos organizados e os impactos socioambientais.

O Projeto Grande Carajás, que em 2014 completará 30 anos, inicialmente, fazia parte do planejamento estratégico do Estado brasileiro de ocupação da região Amazônica para a chamada “modernização” da região. A lógica pensada potencializava a exploração dos recursos naturais para produção de valor, era no sentido de eliminar o Brasil e a região do “atraso.” Segundo (PICOLI, 2006) a preocupação de o governo militar, no período, era garantir um processo através da entrada do grande capital nacional e internacional na Amazônia e, com isso, garantir o controle da região. Para a viabilidade desse projeto, era necessário convencer os investidores, mediante incentivo à colonização pública e privada, além de financiamento e subsídios aos grandes projetos de mineração, agropecuários e madeireiros, “regularização e discriminação do mercado de terras”.

A ação do Estado brasileiro foi fundamental para o sucesso destes investimentos, cuja gestão política propiciou a infra-estrutura adequada, visando atender às necessidades das empresas transnacionais que demonstravam interesse em se instalar na região (MORAIS. 2007, p. 94)

Vários programas foram criados, com esse intuito, como o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Primeiro e Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA e II PDA), como partes dos I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND e II PND), respectivamente. E, ainda o Conselho de Desenvolvimento da Amazônia (CODAM), e o Conselho Técnico (CONTEC), posteriormente substituídos pelo Conselho Deliberativo (CONDEL); e como órgão financiador, o Banco da Amazônia (BASA). Assim, pode-se deduzir que

As classes sociais envolvidas na nova dinâmica da ocupação do território amazônico configuram-se em duas: uma representada por grupos econômicos que ali vão expandir seus negócios para reproduzir capitais; a outra formada por marginalizados e despossuídos no processo histórico com sucessivas migrações ao longo de suas gerações, que fazem parte do exército industrial de reserva do país (PICOLI, 2006, p. 08).

A Companhia Vale do Rio Doce instalou-se na Amazônia a partir dessa diversidade de projetos e financiamentos, atraindo empresários dos ramos de

madeira, mineradores, guzeiros, agropecuaristas, sojicultores, empreiteiros da construção civil, celulose, e criando um novo e complexo cenário de interesses do capital na Amazônia. Entende-se que todos esses ramos da economia são interligados, formando uma cadeia produtiva onde a soja, milho, cana-de-açúcar são partes necessárias para produzir o açúcar e o etanol. O monocultivo de eucalipto destina-se à produção de celulose e carvão que abastecem as guseiras siderúrgicas de exportação do minério de ferro. Configurava-se, portanto uma cadeia produtiva que se estendia da agricultura à mineração, provocando mudanças estruturais no controle da propriedade da terra e produção de alimentos na região, com alto grau de concentração de toda cadeia produtiva, pois a mesma empresa produz as sementes, fertilizantes, agro-químicos, industrialização e comércio de produtos agrícolas demonstrando que essa forma de organização da produção agrícola do agronegócio segue a lógica da produção de alimentos como mercadoria, não como parte da reprodução da vida.

Deve-se questionar, portanto o significado de tal empreendimento para o conjunto da população e, de forma particular para a população diretamente atingida: as famílias trabalhadoras do campo. No tocante ao campo, a questão agrária é um dos aspectos mais afetados pelas transformações verificadas ao longo do Corredor.

Dentro dessa lógica de expansão do capital no campo, são definidas prioridades regionais, como a madeira para produção de carvão no Norte do país e em Minas Gerais, região onde está concentrada a indústria siderúrgica. Considere-se também a agricultura na Amazônia e pré-Amazônia, no chamado Mapito (Sul do Maranhão, sul do Piauí, oeste da Bahia e Norte de Tocantins), à estratégia das grandes empresas, como a Vale, que vai incorporando toda a cadeia produtiva. Essa região compreende o sul dos estados do Pará e Maranhão, conhecido como Bico do Papagaio¹².

Os cinco projetos atualmente sendo implementados atingem, principalmente as comunidades de Canaã dos Carajás, Parauapebas e Marabá, no

¹² Região que compreende os estados do Maranhão, Pará e Tocantins, trágico palco de grandes conflitos de terra nas décadas de 1970 a 1980. Região de fronteira agrícola permanece ainda apresentando os maiores índices de violência no campo do Brasil.

Pará. Em Parauapebas, ocorre a implantação de infra-estruturas do projeto Salobo para a extração e transformação de minério de cobre. Em Açailândia, ao lado do assentamento Califórnia, com mais de 1.800 moradores assentados há 14 anos, instalou-se em 2005 o empreendimento da Ferro Gusa Carajás (FGC). Essa empresa tem a função de produzir carvão vegetal, chamado de Unidade de Produção de Redutor (UPR2), ou seja: carvão para alimentar a siderurgia da Vale em Marabá.

Figura 15: Porto de Itaqui – São Luís Maranhão



Fonte: Dossiê Impactos e Violações da Vale no Mundo – 2010

A Vale vende minério de ferro e transporta o ferro gusa produzido por 8 gusarias situadas no municípios de Marabá, além de 8 usinas localizadas nos municípios Açailândia, Santa Inês e Rosário, no Estado do Maranhão, no Distrito Industrial de Piquiá, no Pólo Guzeiro de Açailândia(MA). Em Açailândia, a Vale possui uma carvoaria com 71 fornos industriais extremamente poluidores. Em Piquiá, atualmente, há cinco usinas siderúrgicas em operação. Toda esta cadeia siderúrgica é alimentada a partir de minérios da Vale, que é a única fornecedora

das cinco usinas siderúrgicas. Os impactos do polo siderúrgico em Piquiá podem ser divididos em dois grandes grupos. O primeiro, relacionado com etapas da cadeia anterior ao processo produtivo do aço propriamente dito, ou seja, relacionado à logística, como os impactos causados pela ferrovia, e à produção de insumos para a produção de aço, como o carvão vegetal. O segundo relaciona-se com os efeitos negativos do processo de produção de aço sobre as populações. (Dossiê Impactos e Violações da Vale no Mundo, 2010).

Os impactos causados às comunidades camponesas dos assentamentos de Reforma Agrária, quilombolas e indígenas pelo projeto de desenvolvimento da Vale resultam do projeto de acumulação do capital na sua forma neoliberal que se intensificou nos últimos dez anos, como verificado com os dados fornecidos pelo INCRA. Observe-se que, quando o índice que mede a concentração da propriedade da terra cresceu de forma acelerada, entre 2003 e 2010, as grandes propriedades tiveram um salto de 95 mil unidades para 127 mil unidades aumentando o seu controle de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares, em apenas oito anos.

Outro agravante desse quadro é a constatação de um aumento acelerado de desnacionalização da propriedade da terra, através da entrada do capital internacional com suas empresas transnacionais, e na compra de ações de empresas brasileiras, que já têm à posse das terras. Com isso, há uma estimativa de que as empresas estrangeiras controlam aproximadamente 30 milhões de hectares de terras brasileiras

De acordo com os dados parciais da **Comissão Pastoral da Terra**, o Nordeste em 2012, seguiu sendo a região com maior número de conflitos por terra no país. No ano que se encerrou, o NE concentrou 43% dos registros de conflitos por terra, seguido da região Norte, com 27%. A região nordestina também concentrou quase 50% dos casos de violência contra a ocupação e posse. Os estados do Maranhão e Rondônia foram os que assumiram a triste marca de serem os mais violentos no campo em todo o país, seguidos da Bahia e do Mato Grosso do sul. (**Comissão Pastoral da Terra - Regional Nordeste II**. Disponível em www.ihu.unisinos.br)

Nesse sentido, as restrições que esses empreendimentos enfrentam para sua expansão, são de duas naturezas: jurídica e de mobilização popular. Do ponto de vista jurídico estão às leis vigentes, como o Código Florestal, Estatuto da Terra, bem como os direitos assegurados aos quilombolas e indígenas. Contudo, a força do capital, na sua forma das empresas transnacionais e com a conivência do Estado e suas instituições vai desregulamentando, limitando, restringindo, abolindo os direitos adquiridos e eliminando os marcos legais que poderiam diminuir o efeito destruidor desses empreendimentos.

O caso mais emblemático é o Código Florestal, que altera anterior definição da reserva nativa de 80%, para o bioma da Amazônia, e 40% para o cerrado, em cada propriedade. A lei foi aprovada de acordo com os interesses das mineradoras e da Confederação Nacional de Agricultura, que defende os interesses do agronegócio. Os impactos dessa nova Lei poderão determinar, em curto prazo, o aumento das áreas desmatadas, efeitos climáticos negativos e degradação das áreas agricultáveis, implicando prejuízos irreparáveis para soberania alimentar e a vida no campo, como esclarece a Via Campesina¹³.

A Soberania Alimentar oferece a única alternativa real tanto para a vida dos povos, como para reverter as crises. A Soberania Alimentar responde à crise dos alimentos, com produção camponesa local; às crises climáticas e energéticas, atacando duas das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa, o transporte de alimentos em larga distância e a agricultura industrializada, e para amenizar uma vertente da crise financeira, proíbe-se a especulação dos alimentos. O modelo dominante significa crise e morte, e a Soberania Alimentar é a vida e a esperança para os povos rurais e também para a população consumidora. A Soberania Alimentar requer a proteção e a re-nacionalização dos mercados nacionais de alimentos, promoção dos ciclos locais de produção e consumo, a luta pela terra, a defesa dos territórios dos povos indígenas, e a Reforma Agrária integral. Baseia-se também na mudança do modelo produtivo para uma produção agroecológica e sustentável, sem pesticidas e sem transgênicos; e no conhecimento camponês e indígena. Com princípio geral, a Soberania Alimentar se constrói com base em nossas

¹³ Trata-se de uma ousada tentativa de organização internacional dos camponeses de todos os continentes - Ásia, África, América e Europa. Participam os médios e pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas, quilombolas e comunidades indígenas. Atualmente, a Via Campesina está organizada em oito regiões. Nasceu em abril de 1992 e realiza a sua Primeira Conferência em maio de 1993, quando define as primeiras linhas estratégicas de trabalho e sua forma de organização e articulação. Seus campos prioritários, a *soberania alimentar e o comércio internacional, a luta pela reforma agrária e mudanças no campo, gênero e direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, biodiversidade, biosegurança e recursos genéticos*

experiências concretas em nível local, ou seja, do local ao nacional. (Documento da Via Campesina, 2008)

Impacto perverso é o que ocorre também com as áreas de quilombolas, que depois de reconhecidas não podem mais ser vendidas, assim como as áreas indígenas. Há um processo de *lobby* das transnacionais e do capital brasileiro, sugerindo mudanças na Lei Brasileira para flexibilizar esses direitos. Além disso, as comunidades sofrem pressões e ameaças cotidianas para que a duplicação dos trilhos possa ocorrer sem transtorno de tempo, garantindo a previsão de término das obras e conseqüentemente o processo de extração do minério para exportação.

Não se pode deixar de destacar que uma das novidades de 2012, e que aponta um cenário de lutas e desafios para 2013, é o debate sobre o **Novo Código da Mineração**. Apesar de pouco se comentar na mídia, o lobby para um **Novo Código Mineral** está a todo vapor no Ministério das Minas e Energia e no Congresso Nacional.

O **Projeto do Novo Código** tem sido redigido à surdina, sem o debate e sem a participação das populações diretamente atingidas. Ou seja, estamos diante de novas e grandes ameaças para as populações tradicionais, para os sem terras, para a reforma agrária, para o meio-ambiente e para o desenvolvimento sustentável. (**Comissão Pastoral da Terra - Regional Nordeste II**. Disponível em www.ihu.unisinos.br)

A concessão da licença prévia para o projeto de expansão do S11D, na Serra Sul de Carajás que é hoje o maior investimento da história da Vale e o maior de uma empresa brasileira, estima-se um gasto de R\$ 40 bilhões. Em entrevista ao Jornal O Globo, de 8 de julho 2012, Murilo Ferreira, atual presidente da Vale, salientou que esses investimentos fazem parte da estratégia de focar um investimento mais alto em um número menor de projetos. Afirma que hoje os seus principais investimentos são os projetos de porto e ferrovia de Moatize II e o Corredor Nacala, em Moçambique; em Mendonza na Argentina, o projeto de potássio no Rio Colorado e, no Brasil, o projeto Salobo, mina de cobre em Marabá e S11D na Serra Sul de Carajás. Afirma também que seu mercado vai se expandir além da China, que hoje representa um terço de suas receitas.

Em suma, o avanço da fronteira da mineração significa a expropriação pelas transnacionais dos territórios das comunidades locais, expressa nos Sem Terra, Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos. Esse avanço está vinculado ao modelo de desenvolvimento consumista e predatório. A maioria das mercadorias atualmente produzidas pelos setores energético, siderúrgico, de infraestrutura e outros que são essenciais para manter as grandes indústrias de consumo e impulsionar o modo de produção do capital e das economias como EEUU, União Europeia e Japão e, mais recentemente as economias emergentes China, Índia, Rússia e Brasil. Os países industrializados dependem da reserva dos países subdesenvolvidos e, para isso fazem a conversão das empresas nacionais em transnacionais, como forma agressiva de apropriação de territórios geoestratégicos.

O governo brasileiro foi denunciado por organizações não governamentais, em Genebra por violação aos Direitos humanos, nos casos da mineração o que se verificar no quadro abaixo é uma parte significativa desses impactos e violações, nos dados da Vale 2010:

Figura 16 – Quadro Síntese de impactos socioambientais da Vale em 2010

Síntese de impactos sócio-ambientais da Vale em 2010

Indicador	Quantitativo
Mortes de trabalhadores em acidentes	11
Acidentes graves nas ferrovias com mortes ou lesões graves	124
Mortes/lesões graves por acidentes nas ferrovias (EFC, EFVM, MRS e FCA)	175
Resíduos minerometalúrgicos gerados	726 milhões de toneladas
Emissão de CO ₂ (diretas)	18,7 milhões de toneladas de CO ₂ eq
Emissão de CO ₂ (indiretas)	71,14 milhões de toneladas de CO ₂ eq
Água captada da natureza	294 milhões de m ³
Efluentes líquidos gerados	76,1 milhões de m ³
Emissão de poluentes (NO _x , SO ₂ e MP)	519,6 mil toneladas
Resíduos gerados	446 mil toneladas
Área impactada no ano	30,56 km ²
Área de floresta amazônica impactada no ano	18,26 km ²
Total de áreas impactadas	741,8 km ²

11

Fonte: Dossiê Impactos e Violações da Vale no Mundo – 2010

A Vale estabelece essa relação com o Estado com o intuito de atingir a sociedade civil, e, com isso, garantir o alto nível de apropriação das riquezas minerais e exploração dos trabalhadores. Entretanto, essa hegemonia da classe dominante possibilita o surgimento da contra hegemonia nas entranhas da sociedade civil. A contra hegemonia, elemento constitutivo do pensamento gramsciano possibilita que as classes dominadas reajam à dominação de classe. Nesse aspecto, a Vale acaba por construir afinidades com determinados tipos de movimentos social, sindical e comunidades uma relação de coerção ou através de propaganda visando cooptar para o seu projeto os trabalhadores e comunidades atingidas. Entretanto, esse poder pode ser posto de outra forma, quando parte desses movimentos resiste a cooptação construindo uma contra hegemonia que se expressa na denúncia e exigências dos seus direitos:

As ações da Vale vêm gerando altíssimos custos sociais e passivos ambientais que são raramente divulgados dos documentos oficiais da empresa. Desmatamento, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público, contaminação de cursos d'água são atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e pelo transporte de seus produtos até os mercados finais (Dossiê Impactos e Violações da Vale no Mundo, 2010).

É possível observar que os impactos sociais resultam de uma desestruturação socioeconômica no campo e na cidade, pois a vinda desses projetos cria uma expectativa de geração de empregos, estimulando a saída da população do campo para a cidade. A questão é que não há emprego para todos, e parte, na forma de trabalho especializado, com mão de obra trazida de fora da região. A perda de territórios configura em um novo poder da terra e, para a maioria restará empregos precarizados das terceirizadas que trabalham para a Vale ou o desemprego, condenando-os a viverem indignamente, amontoados na periferia das cidades. Tal quadro afetará as relações familiares e o aumento do alcoolismo e violência doméstica consequentes das condições precárias da vida.

A instalação dos projetos de mineração na região, na década de 1980 iniciou com o grande Projeto Carajás (PGC), iniciou a infraestrutura necessária para

produção e escoamento do minério. Atualmente esses investimentos são implantados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), também conhecido pelas comunidades como *Programa de aceleração das catástrofes*. Esse programa assegura uma rede de infraestrutura que beneficia o agronegócio e os grandes projetos de mineração, como os da região sul do Maranhão e sudeste do Pará. Os movimentos sociais têm denunciado de forma contundente essa ação do governo, que contribui para o aumento da pobreza e desigualdades na região.

Sob perspectiva ambiental verifica-se uma mudança drástica de paisagem, como demonstrado abaixo, em área disposta ao monocultivo.

Figura 17 – Monocultivo de eucalipto em Açailândia



Fonte: Acervo da autora, 2011.

A abertura de crateras causa danos irreparáveis à região Amazônica que deveria ser uma área de preservação, com uso racional dos bens da natureza. Dois elementos agravantes são o desmatamento e a poluição, de toda ordem: do ar, da água, do solo e sonora. A sonora, por exemplo, acontece pelas intermitentes explosões de dinamites, ruídos (muito acima do permitido por lei) provocados por

veículos, máquinas e equipamentos, sem falar dos impactos sonoros que os trens da *Vale* causam às populações que vivem às margens da ferrovia. A contaminação do ar acontece pelo uso excessivo de produtos tóxicos em várias das atividades envolvidas na produção mineradora, incluindo-se aí a monocultura do eucalipto que toma o lugar da floresta para alimentar os fornos das carvoarias que, por sua vez, devolvem para o ambiente uma fumaça densa e sufocante. Há também a contaminação da água e do solo pelas substâncias altamente tóxicas utilizadas no processo de extração e transformação do minério (PINASSI, 2012).

2.1 O Maranhão na rota do “desenvolvimento”

O processo da formação econômica maranhense, historicamente associado à subordinação das necessidades do capital internacional, como parte do Estado brasileiro, com a conivência das oligarquias locais e em detrimento das populações locais. Esta política se aprofunda na sua construção histórica, acarretando o aumento da pobreza e destruição dos bens da natureza¹⁴. O estudo de Octávio Ianni apresenta com precisão esse contexto:

Esse é o contexto da ocupação e reocupação da Amazônia, no qual repetem-se e multiplicam-se as pendências e os conflitos de terra. Por sob o desenvolvimento da fronteira, da frente de expansão ou frente pioneira o que ocorre de fato é a acumulação primitiva, como processo estrutural. Ao mesmo tempo que a terra é monopolizada pelo latifúndio e a empresa, como reserva de valor, ou para exploração, expropriam-se índios, caboclos, sitiantes e posseiros. Desenvolve-se um singular divórcio entre os produtores e a propriedade dos meios de produção, em favor de latifúndios e empresas protegidas econômica e politicamente pelo Estado (IANNI, 1979, p.24).

Concordando com Lopes et al (2006) o Maranhão tornou-se rota privilegiada para a exploração do capital mundial. Consequentemente ocorreram

¹⁴A Via Campesina utiliza o termo recuperando o sentido das diversas dimensões que os camponeses, indígenas estabelecem na sua relação com a terra-natureza. Para eles a natureza esta para além das árvores, rios, montanhas. Só podem pensar natureza-homem em relação com e da vida.

dois movimentos capazes de modificar a sua dinâmica econômica na inserção do estado na rota do capital internacional. A base desse desenvolvimento foi a implantação de uma modernização conservadora com a formação do polo industrial e seus grandes projetos. Entre eles a então Companhia Vale do Rio Doce (1976), o Consórcio Alumar, responsável pela produção de alunima/alumínio (1980), e o Centro de Lançamento de Alcântara (1982). A continuidade dessa modernização deveu-se à construção de hidrelétricas e implantação do polo siderúrgico. Todo esse processo com a articulação e participação efetiva do Estado:

O Estado, numa articulação do poder central com as elites políticas regionais, construiu as bases espaciais para o deslocamento de populações inteiras de áreas de interesse dos “Grandes Projetos”; construiu e ofereceu a infraestrutura de estrada, água, energia e um dos portos mais importantes do país; e ofereceu incentivos fiscais. (LOPES et al. 2006, p. 7)

Esse movimento foi preparado ainda na década de 1960, a partir da criação da Lei de Terras (1969), que tinha por objetivo abrir largas oportunidades para o investimento de “fora”. Propagandeando que era o momento de colocar o Maranhão na rota do desenvolvimento, seria necessário atrair investimentos nacionais e internacionais, justificativa aos incentivos fiscais e financeiros. Com o discurso de modernização como condição para o desenvolvimento, iniciaram-se muitos investimentos no estado, o que de outro lado, despertou inúmeros movimentos de resistência.

A pesquisa realizada em documentos da Central Única dos Trabalhadores-CUT (2005) verifica a relação dos grandes projetos com a expansão do agronegócio em todo o estado, principalmente no sul do Maranhão: o plantio da soja, por exemplo, de 62.326 mil hectares ocupados em 1996, passou para 237.923 mil hectares no ano de 2003, com um aumento de 175.597 mil hectares em área plantada. Em termos de produção, deu-se um crescimento de 240% no período de sete anos. Fato importante a ser considerado é o monopólio da produção de grãos no Brasil, como o da soja que é controlada por quatro

corporações internacionais: Bunge, Cargill, ADM e Dreyfus, dominando 61% dos grãos, farelos e óleos exportados no ano de 2005.

O Fórum Maranhense pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, documenta que, nas últimas décadas, na região que envolve os municípios de Urbano Santos, Caxias, Açailândia, Imperatriz e Grajaú intensificou-se a produção do monocultivo do eucalipto provocando um processo de desertificação das áreas. Esse fato está ligado à implantação do PGC, na região Amazônica, responsável por profundas transformações nas relações socioeconômicas, políticas e culturais, incidindo de forma dramática na vida da população maranhense, especialmente a do campo:

Face à crescente valorização da terra e ao fomento da atividade industrial, os conflitos agrários se atualizaram e ganharam novas dimensões. As desapropriações, por exemplo, foram feitas em nome da implantação de pólos industriais, através de concessões de terras pelo próprio governo federal. (BARBOSA. 2006, p. 99).

Isso implicará a mudança na natureza dos conflitos de terra na região. Ficou inviabilizada a relação direta entre camponeses e latifundiários, pois as terras pertenciam a grupos, corporações nacionais e internacionais, que ocuparam as melhores terras ao longo do corredor de exportação – na Ferrovia Carajás.

No Estado do Maranhão, a maioria de sua população sempre esteve no campo e, segundo dados do IBGE, embora tenha havido um aumento na urbanização nos últimos 20 anos, continua inferior à média nacional. Em 1980, era de 31%, de 40% em 1991; de 51% em 1996 e de 50% em 2000. Sua produção sempre esteve vinculada às determinações estabelecidas pelo mercado nacional e internacional. Ainda no período colonial as oligarquias locais produziram os ciclos de arroz, cana-de-açúcar e algodão, cumprindo seu papel na inserção na divisão internacional do trabalho. Contudo, é fato que o consumo interno era abastecido pela pequena produção, o que contribuiu para o processo de industrialização, pois o fornecimento dos produtos da cesta básica aos trabalhadores urbanos, com preços baixos, permitia a reprodução do trabalhador a custos reduzidos para a indústria.

Reafirmando a importância da pequena agricultura na produção de alimentos para o mercado interno, organizações como a Via Campesina, em sua Declaração de Nyélény no Foro Mundial Pela Soberania Alimentar¹⁵, Malí 2007, afirmam:

A maioria de nós somos produtores e produtoras de alimentos e estamos dispostos, somos capazes e temos a vontade de alimentar a todos os povos do mundo. Nossa herança como produtores de alimentos é fundamental para o futuro da humanidade. Este particularmente é o caso de mulheres e povos indígenas que são criadores de conhecimento ancestrais sobre alimentos e agricultura, e que são desvalorizados. Para esta herança e esta capacidade de produzir alimentos nutritivos, de qualidade e em abundância, se veem ameaçadas pelo neoliberalismo e o capital global. Frente a isto, a soberania alimentar nos aporta à esperança e ao poder para conservar, recuperar e desenvolver nossos conhecimentos e nossa capacidade de produzir alimentos (Declaração de Nyélény no Foro Mundial Pela Soberania Alimentar, Malí, 2007).

No caso do Maranhão, nas últimas décadas, ocorreu uma violenta expulsão dos camponeses de suas terras, intensificando os conflitos pela posse da terra, práticas de ameaças e assassinatos dos trabalhadores que resistiam a esse processo de expulsão. O que antes eram terras devolutas e livres, foram sendo cercadas, expropriadas pelo projeto de desenvolvimento implementado pelo Estado. Portanto, as formas criminosas da grilagem se deram em conivência com o poder local, provocando um inchamento das cidades e o aumento da miséria. Esse foi o desenvolvimento que coube ao povo maranhense:

Considerando a terra como um instrumento de produção, com valor de uso, os camponeses não tiveram preocupação com as questões relacionadas à regularização jurídica das áreas por eles ocupadas. É provável que tampouco essas preocupações tivessem mudado o rumo de suas histórias de vida. O acesso aos trâmites legais para esse tipo de regularização, por um simples cidadão comum “era” intransponível à medida que tornava necessário, entre outros fatores, o conhecimento da legislação vigente sobre o assunto, tempo e recursos financeiros disponíveis e o tão legitimado tráfico de influências (RAPOSO, 1999, p. 31).

¹⁵ Participaram 500 representantes, 80 países representantes de organizações camponesas, agricultores familiares, trabalhadores rurais, migrantes, pescadores tradicionais, povos indígenas, pastores, comunidades florestais, mulheres, jovens, crianças, consumidores, movimentos ecologistas e urbanos, articulados pela Via Campesina Internacional.

A construção da Ferrovia Carajás (EFC), sobre os trilhos do “desenvolvimento” e de “modernidade”, contribuiu para a formação das famílias sem terra no estado. Momentos de grande mobilização, resistência e luta por direitos. Apesar de todos os movimentos de enfrentamento e resistência nesses quase 30 anos de EFC as empresas rurais e latifundistas ocuparam 95% da área de abrangência da ferrovia (RAPOSO, 1999, p. 32).

Figura 18 - QUADRO – Estrutura fundiária na área de influência da Ferrovia Carajás – Ponta da Madeira

CATEGORIA DO IMÓVEL	QUANTIDADE		ÁREA	
	NÚMERO	%	(HA)	%
Minifúndio	7.358	53%	225.311	4,5
Empresa rural	659	4,8	559436	10,5
Latifúndio	5.864	42,2	4.430.198	85,0
TOTAL	13.881	100	5.213.945	100

Fonte: INCRA – Estatísticas cadastrais/8516

A demonstração da concentração permite a constatação que o PGC e Ferrovia Carajás, não confirmam o desenvolvimento alardeado pela Vale, mas o aumento da concentração da terra e da pobreza.

Podemos dizer que o governo federal vem atuando de forma decisiva na conformação do espaço econômico estadual através de dois mecanismos principais: a) via implantação de empreendimentos diretos (obras de infraestrutura e projetos/programas econômicos) e, b) via mecanismos indiretos de incentivo à implantação de atividades econômicas, caso das políticas de incentivos fiscais e de redução tributária (Lei Kandir). No primeiro caso, temos as atividades relacionadas com a implantação do Projeto Ferro Carajás, da Cia. Vale do Rio Doce (CVRD), cuja infraestrutura ferroviária e portuária e a atuação da CVRD como articuladora de ações permitiram o desenvolvimento da siderurgia a carvão vegetal e a expansão da produção sojícola para os cerrados maranhenses. No segundo, temos a expansão da atividade agropecuária e da produção sucroalcooleira, cujos empreendimentos, implantados com maior força a

¹⁶O quadro Estrutura fundiária na área de abrangência da Ferrovia Carajás – Ponta da Madeira, cuja fonte é o INCRA, encontra-se em Raposo (1999, p. 33)

partir dos anos 70/80, beneficiaram-se de um vasto leque de incentivos fiscais-(SAMPAIO, 2012.)

Esse modelo aprofunda o grau de dependência do país às empresas transnacionais e suas corporações, baseado no discurso de desenvolvimento e progresso propagandeado pelo agronegócio e a mineração em larga escala. Trata-se do novo momento do capital expandir e acumular, e de uma forma desumanizadora que causa impactos nas várias relações que o capital estabelece, como na sua relação capital/trabalho; nos bens da natureza, na cultura, no território.

A expressão da violência e desrespeito aos direitos humanos foi claramente observada quando, em menos de uma década ocorreu um processo de expropriação e apropriação das terras férteis da região por grupos capitalistas, do sul do país ou do capital internacional. Como demonstrado no quadro da violência, pode-se afirmar que, com a construção da Ferrovia Carajás, o novo retrato do campo maranhense é o da dicotomia entre o moderno e o arcaico, que convivem necessariamente nesse momento de acumulação do capital:

Segundo a comissão Pastoral da Terra, o Maranhão é hoje o estado com o maior índice de violência no campo. São 286 áreas de conflito pela posse da terra, sete pessoas foram assassinadas em 2011 e três em 2012; 106 estão ameaçadas de morte. A Pastoral afirma que nenhuma tem proteção policial. 'Fazendeiros são mandatários do poder político local. É uma relação muito próxima com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o que dificulta muito a apuração desses crimes', afirma Diogo Cabral, advogado da CPT. Trabalho escravo – A violência no campo é agravada por outro problema. Açailândia (também no oeste do estado) é um foco de aliciamento de mão de obra para o trabalho escravo. Na maioria das vezes, a fiscalização encontra os trabalhadores em fazendas de gado, áreas de desmatamento e carvoarias clandestinas. Os trabalhadores são submetidos a jornadas exaustivas. Ficam presos a dívidas com os patrões porque são obrigados a comprar alimentos e remédios nas próprias fazendas. Muitos nem recebem o [pagamento](#) e são ameaçados por vigilantes armados. Ou seja, são trabalhadores vivendo, praticamente, em regime de escravidão. (SERRA, 2012, disponível www.jornalpequeno.org.com)

2.2 Impactos da Vale - Nos caminhos dos trilhos no estado do Maranhão

Figura 19: Trem da Vale atravessando a Baixada Maranhense



Fonte: Acervo da autora, 2011.

A Ferrovia Carajás é estrada de ferro criada prioritariamente para o escoamento do minério extraído na Mina Carajás, cujo destino é o Porto de Ponta da Madeira, em São Luis, no Maranhão, com uma extensão de quase 900 km abrangendo considerável número de municípios.

Com um mapeamento do PGC, Almeida (1995, p. 36/37) mostra sua amplitude. O Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1992-95), elaborado pela SUDAM, com o zoneamento ecológico-econômico como um dos principais instrumentos, estabelece três “sub-regiões” para efeitos de “áreas-programa”: a do “Corredor da Estrada de Ferro Carajás – A. P. 17”, compreendendo 20 municípios maranhenses; a do “Norte do Tocantins – A.P. 18”, compreendendo 20 municípios tocaninenses; e a “Marabá-Carajás – A. P. 21, compreendendo 13 municípios paraenses.

No Maranhão, a área de abrangência da ferrovia é de 40.000 km², uma

extensão de 890 km. A população atingida era de 1.628.110 habitantes no ano de 1986 e, desta população, 73% era rural (Raposo,1999, p. 28). Na figura abaixo se dá a perceber sua extensão no estado.

Figura 20: Mapa da Malha da Estrada de Ferro Carajás



Fonte: ANTT, s/d

O extinto Programa Grande Carajás era coordenado pela ex-Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale e foi aprovado em dezembro de 1980, através do Decreto Lei nº1.813. Como projeto nacionalista, tinha objetivo claro e bem definido, no sentido de geração de divisas para o país em crise, atraindo investimentos estrangeiros. Segundo a própria empresa:

[...] somente um projeto de porte nacional grandioso e sistêmico, sem megalomania e com característica acentuada de exportação, poderia cobrir o período crítico dos próximos anos gerando concomitantemente o crédito e a credibilidade [...] seria o primeiro grande projeto de matérias-primas que simultaneamente propiciaria a agregação de valor às mesmas em um crescendo industrial que não só corresponderia aos anseios legítimos do povo brasileiro de industrializar aqui as mesmas (com os

demais insumos quase que maciçamente nacionais), mas ao mesmo tempo, gerando sistematicamente, as divisas de que desesperadamente necessitamos. (CVRD, citado por BARBOSA, 2006, p. 91)

A expansão do porto de Ponta da Madeira, em São Luís, decorre da ampliação de toda cadeia produtiva de exportação do minério, o que implica a exploração de novas minas e a duplicação dos trilhos. Essa ampliação significa, na verdade, aumento da poluição e dos impactos socioambientais no corredor de Carajás, especialmente, devido ao atual processo de licenciamento ambiental para construção da infraestrutura necessária para exploração e exportação do minério. A questão que está posta é como se caracteriza a relação da Vale com o Estado e, por outro lado, como a sociedade civil e os movimentos organizados estão reagindo aos impactos causados pelas atividades da Vale?

Figura 21 – EFC Santa Luzia - Maranhão



Fonte: Acervo da autora, 2011.

A Vale detém a concessão da EFC do Estado Brasileiro há 30 anos e, atualmente o trem tem 336 vagões. São quatro quilômetros de extensão; com a duplicação liberada significará 52 trens ao dia, isto é a cada 20 minutos passará,

pelas 100 comunidades e 21 cidades, um trem transportando toneladas de minério de ferro como destino à exportação.

No caminho dos trilhos para a expansão da mineração, a paisagem é de canteiro de obras. Do outro lado, as comunidades na beira da rodovia, casas de pau-a-pique cobertas de palhas, sendo poucas as de alvenaria e telhas. Cemitérios, bares, vendinhas e pequenas roças ao lado de grandes extensões de cercas de arame farpado. Em toda essa região, a paisagem é dominada por campos e babaçuais, onde a quebradeira de côco tem uma luta diária para preservar suas reservas nativas.

O Maranhão é o estado da federação que concentra o maior índice de pessoas que vivem abaixo da pobreza. Segundo dados do IBGE (2010), de 6,5 milhões de habitantes 25,7% ganham até R\$ 70,00 reais por mês.

Figura 22: EFC – Crianças trabalhando na ferrovia



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Chegando à Vila Diamante, assentamento da reforma agrária, vinculado ao Movimento dos Sem Terra percebe-se que ali houve uma mudança no padrão de vida das famílias que ocuparam aquela fazenda há 20 anos atrás. As casas de

alvenaria, telhas, pintadas, eletrodomésticos, a TV não falta em nenhuma casa, acompanhado de suas novelas à noite. O ritual de ficar no terreiro contando histórias foi substituído pelas histórias das novelas. Outras tramas, outros dramas distantes daquela realidade, mas o fascínio aliena e acomoda o cotidiano de uma comunidade que foi de movimento e luta.

“Há 20 anos a situação de pobreza das famílias era cruel, mas hoje ninguém passa fome no assentamento – uns comem talvez melhor que outros, mas não falta mais comida em casa”, (depoimento de assentado e líder de saúde da comunidade). Contudo, persistem alguns problemas como a falta de crédito, assistência técnica, escola de qualidade, trabalho para juventude, esporte, cultura, saneamento básico. Há um êxodo muito grande da juventude, que vai procurar trabalho em outros estados, principalmente no corte de cana em São Paulo. Muitas famílias não conseguem viver somente do que produzem na roça, tendo um ganho a mais através do Programa “Bolsa Família”, e outros empregos ligados ao funcionalismo público. Essa situação é consequência da ausência de investimentos do Estado nas áreas de assentamentos de Reforma Agrária, que são abandonados à sua própria sorte.

Outros problemas estão ligados à Estrada de Ferro Carajás, pelo motivo de a Vale ter intensificado o número de trens nos últimos anos dificultando o acesso dos trabalhadores para suas roças, do outro lado dos trilhos. O “trem de três cabeças”, com três máquinas acopladas, demora em torno de 25 minutos. Outro agravante é que, devido à duplicação, o trem fica parado esperando a passagem do outro trem. Nesse momento, para não perderem tempo, muitos trabalhadores atravessam por baixo do trem, pois nesses lugares não existem passarelas ou túneis. Intensificou-se também a morte de animais, e quem fica com o prejuízo é o assentado, pois a Vale não se responsabiliza pelos acidentes.

Na região do Mearim (Vitória do Mearim, Arari, Igarapé do Meio e Santa Inês) por onde o trem da Vale passa, as prefeituras alegam que não recebem nenhum tipo de imposto, pois a única infraestrutura que a Vale construiu para a região foi um Centro de Convivência em Arari. Há um abandono dessas comunidades, apesar de que as suas reivindicações certamente não

comprometeriam os lucros dos acionistas da Vale, pois são basicamente duas questões: estradas e passarelas/túneis.

Outras áreas de assentamentos atingidas na região são Coque, Vila Nova, Riachão, São Vicente, Santa Rosa, São Benedito e Diamante – com mais de mil famílias envolvidas somente nas áreas de assentamentos. São duas as formas de comunidades atingidas na região: as que estão antes dos trilhos e as que estão depois da comunidade. A partir daí decorrem vários problemas de ordem social, ambiental, econômico.

No caso do PA Santa Rosa, houve uma luta de mais de cem anos das famílias que viviam na área. Em 1981, iniciaram um conflito pela posse da terra e em 1985 o pretense dono da terra provocou um massacre e prisão das lideranças. Como resultado de muita luta e resistências, em 1994 conquistaram o assentamento com 94 famílias. A infraestrutura da comunidade é de casas de alvenaria, um posto de saúde, duas escolas com 23 professores e 250 alunos do ensino fundamental e EJA. Na escola não há biblioteca.

Na relação com a Empresa Vale a principal reivindicação da comunidade é a construção da estrada e o viaduto; como a Vale não atendeu a reivindicação, a comunidade se mobilizou e, no dia 28 de outubro 2010 interditaram a ferrovia impedindo a passagem do trem, durante 5 minutos. Passam por mês nesta estrada aproximadamente 5 mil pessoas, sendo que muitas sofrem assaltos; doentes graves e mulheres grávidas (mesmo em trabalho de parto), têm que esperar o trem passar. Após a mobilização, a Vale justificou que só pode fazer algo para a comunidade com a contrapartida da prefeitura, além de ameaças as lideranças no plano jurídico; ou seja, o repetido processo de criminalização da luta social.

Figura 23: Trem da Vale no município de Alto Alegre Maranhão



Fonte: Acervo da autora, 2011.

O município de Açailândia data das décadas de 1960-1970, a partir da construção da Rodovia Belém-Brasília, como povoado ligado à Imperatriz, tendo sua emancipação em 1983. Ao entrar no município, é visível o impacto da mineração na região – serrarias, siderúrgicas, poluição. As casas no bairro de Piquiá de Baixo são forradas com lona preta, o que deixa a casa mais quente, pois a temperatura média da região é sempre acima de 30°. As pessoas cobrem as casas por causa das cinzas (fuligem) do carvão e do ferro, pois a transformação do minério ferro em ferro gusa é feita nas siderúrgicas da região - Gusa, Pindaré, Viena, Ferrogoma e Simasa.

A região foi se tornando uma área de conflitos; aprofundados até os dias atuais. Entretanto, com a construção da ferrovia, instalação das siderúrgicas para o projeto da Vale de transformação do ferro, em ferro gusa para exportação, o município modificou-se com a instalação das cinco siderúrgicas acima referidas. Contudo o desenvolvimento prometido não garantiu emprego para população. Nos primeiros anos de implementação muitos trabalhadores conseguiram trabalho,

entretanto quando se iniciou o processo de consolidação, a exigência de trabalho mais especializado reduziu a capacidade de trabalho para a maioria. Outro aspecto verificado é que, depois da privatização da Vale a população local perdeu mais ainda a possibilidade de trabalho, se reduzindo ao trabalho nas terceirizadas que prestam serviços à Vale. A população dessa comunidade vive em condições precárias, sem trabalho, ou quando tem precarizado.

O grau de poluição é muito grande, acima do permitido pela Organização Mundial de Saúde, o que têm provocado doenças como pneumonia, dores de garganta, rinite alérgica. Contudo, pelo grau de pobreza na região, muitos lamentam, mas reclamam “se no caso tirar essas siderúrgicas, como fica os homens sem trabalho?” Em meio às contradições geradas pelo desenvolvimento, ao mesmo tempo afirmam que “depois que a Vale virou estrangeira, é a maior burocracia para um [trabalhador] local trabalhar nela, só trabalhamos nas empreiteiras que prestam serviços para Vale”. (moradora da região).

O povoado de Piquiá começou a ser constituído a partir da construção da Belém – Brasília e BR 222 no ano de 1968. Em 1982 veio a linha de ferro e, em seguida, as siderúrgicas, em 1985:

Nesse período só tinha os japoneses que extraíam o palmito do açai, quando acabou eles foram embora. A gente trabalhava na roça, quando cheguei aqui em 1975. Teve um período que muita gente trabalhava como empregado na Vale ou nas empresas de construção, era mais fácil, agora é difícil. (Depoimento morador do Povoado Piquiá de Baixo)

Segundo as organizações sociais da região (Centro de Defesa dos Direitos Humanos; Justiça nos Trilhos; MST, Associações e Sindicatos), dentre as 364 famílias e 1115 pessoas já foram confirmados 14 casos de contaminação na comunidade, pois o depósito de minério fica a 100 metros das casas, 17 altos fornos e cinco siderurgias. A comunidade é atingida cotidianamente pela poluição. Após várias denúncias, a Vale se pronunciou considerando que não é sua responsabilidade. A luta da comunidade é pelo deslocamento para outra área.

Figura 24 - Casas em Piquiá de Baixo



Fonte: Acervo da autora, 2011.

A Comunidade João do Vale- assentamento em fase de regularização tem 66 famílias e está localizado entre o monocultivo do eucalipto, os fornos e a ferrovia. As casas estão em situação precária, e a escola é um barracão. Desta forma, cercada, a comunidade se organizou com outras comunidades vizinhas como Novo Oriente e Francisco Romão para reivindicar poços, estradas, melhor sinalização, mas a resposta da Vale, através de seus representantes, foi “que a Vale só tem responsabilidade com a segurança”. Argumenta que a ferrovia é da União, então a responsabilidade é do Estado, município. A Vale pode ajudar, mas não é sua responsabilidade.

Nos caminhos dos trilhos de Parauapebas ao Itaqui, as denúncias contra a atuação da Vale na região estão relacionadas aos desastres de atropelamentos de pessoas e de animais, trepidação e rachadura nas casas, desmoronamento de poços, alagamento de comunidades e roças, barulho do trem, o desmatamento e

poeira constante causam problemas respiratórios crônicos. A destruição de estradas - devido aos carros de grande porte que fazem a manutenção dos trilhos ou trabalham nas estradas construídas para o acesso à ferrovia - além do assoreamento de igarapés e brejos. Estas denúncias são desconsideradas sistematicamente pela Vale, uma forma evidente de neutralizar a resistência. Ora utiliza um discurso de aceitação das necessidades da comunidade, ora justifica que a solicitação das comunidades é de responsabilidade do Estado e município, e que a Vale repassa recursos diretamente para estas instâncias.

Outra tática frequente é o recurso de cooptação de lideranças locais provocando divisão da comunidade e quebrando os níveis de coesão construídos no cotidiano da vida em comum. Operando com informações incompletas e negociações individuais, as reivindicações e denúncias, com frequência, se voltam em sentido contrário à comunidade, acusada de invadir a faixa de domínio, ou de que está no lugar errado. Neste grau de desqualificação das denúncias e esvaziamento da perspectiva de reconhecimento do coletivo em resistência, a empresa afirma realizar campanhas de 'conscientização' sobre os cuidados ao atravessar a ferrovia, mas as pessoas não têm cuidado:

A Vale vende minério de ferro e transporta o ferro gusa produzido por 8 gusarias situadas no municípios de Marabá, além de 8 usinas localizadas nos municípios Açailândia, Santa Inês e Rosário, no Estado do Maranhão. Distrito Industrial de Piquiá no Pólo Guzeiro de Açailândia, no Maranhão. Em Açailândia a Vale possui uma carvoaria com 71 fornos industriais que causa muita poluição. Em Piquiá temos atualmente em operação cinco usinas siderúrgicas. Toda esta cadeia siderúrgica é alimentada a partir de minérios da Vale, que é a única fornecedora das cinco usinas em funcionamento na região. Os impactos do pólo siderúrgicos podem em Piquiá podem ser divididos de modo geral em dois grandes grupos. O primeiro relacionado com etapas da cadeia anterior ao processo produtivo do aço propriamente dito, ou seja, relacionado à logística, como os impactos causados pela ferrovia, e à produção de insumos para a produção de aço, como o carvão vegetal. E o segundo relaciona-se com os impactos negativos do processo de produção de aço sobre as populações (Dossiê Impactos e Violações da Vale no Mundo, 2010).

A mineração em grande escala desencadeia outros processos, pois é a ponta de uma cadeia produtiva que vai da extração do ferro à sua transformação

em ferro gusa. Para que haja a transformação em ferro gusa para exportação, necessita de fornos, que necessitam de eucaliptos, que necessitam de terras: monocultivo, mudança na paisagem e perda de territórios – é o modelo de desenvolvimento e “progresso”.

CAPÍTULO III

Resistência e Ofensiva na luta dos Atingidos

A pressão que impulsiona a luta de ofensiva nas suas formas organizativas, se expressa nos grupos de resistências locais que vão caminhando para uma compreensão de luta internacional. Observa-se uma mudança na forma de organização e ocupação espacial, que vai determinar as relações sociais, e, destas, com a natureza. A vida social vai-se modificando, tanto nas cidades onde ocorre um processo de inchação trazendo no seu bojo consequências drásticas no modo de vida das populações, e em especial, dos camponeses.

Portanto, território nessa perspectiva, está imbricado com uma questão de ordem prática: a luta para produzir a existência das famílias de camponeses e trabalhadores rurais. Território nesse caso, não pode ser deslocado de outra perspectiva, a organizativa, consubstanciada nos mecanismos de resistência e ofensiva das comunidades para construir a continuidade da produção de sua existência humana, como bem examinam recentes estudos voltados às dimensões da “genealogia da insubordinação” em escala global e, em particular, na América Latina.

La contaminación, las condiciones de trabajo deplorables, la destrucción de territorios, etc., no son simples consecuencias de empresas y Estados descuidados, no responden a “conductas individuales desviadas”, sino que representan mecanismos básicos de perpetuación del sistema económico-político basado en la maximización de la ganancia. Por lo tanto un análisis verdaderamente crítico de las prácticas productivo-extractivistas nos tiene que remitir obligadamente al análisis del modo de acumulación dominante en el cual ellas se dan y a las interconexiones dialécticas que hacen que uno y otro existan, tanto en sus dimensiones históricas como espaciales. (Guido Galafassi, <http://www.revista-eomai.unq.edu.ar/numero25/Intro.pdf>)

A globalização configura um novo desenho nas relações de poder em plano

local, regional e global; as grandes empresas multinacionais determinam o domínio sobre este espaço. Trazendo no seu bojo, um processo de desenraizamento, provocado pela expulsão dos camponeses, indígenas, quilombolas e sociedade em geral. Neste caso, é possível afirmar com base nos dados pesquisados, contrastando a pobreza local com os interesses dos grupos econômicos internacionais, que a riqueza é global e a miséria é local,

En toda la historia de la humanidad, a lo largo y ancho del planeta, han surgido diferentes respuestas sociales para enfrentar la depredación de los bienes naturales. En nuestro continente, los pueblos originarios resisten desde hace quinientos años. Como parte de esta genealogía de la insubordinación, actualmente nos encontramos ante un renovado ciclo de luchas contra la mercantilización de la vida en todo el planeta, siendo especialmente notoria su intensidad y relevancia en América Latina. Sólo para el caso de la minería metalífera a gran escala, existen por lo menos 118 conflictos sociales en 15 países de América Latina, que involucran a 150 comunidades. <http://www.olca.cl/ocmal/index.php>

No caso da empresa Vale, após treze anos desde a privatização, aprofundou-se um processo de expansão dos seus empreendimentos a tal ponto de torná-la a segunda maior mineradora do mundo. Para concretizar tal feito, houve uma ampliação dos investimentos, buscando sempre tornar o processo de extração com baixos custos e maximizar os lucros¹⁷. Os mecanismos de aplicação dessa fórmula se realizam valendo-se, entre outras, da apropriação do patrimônio público, dos bens da natureza e exploração intensiva do trabalho. Desta forma, para galgar o posto de “segunda maior mineradora do mundo”, observam-se no rastro de instalação de seus projetos, consequências dramáticas para qualidade de vida das comunidades atingidas, acarretando perda de direitos trabalhistas e uma política predatória do meio ambiente, desestruturando comunidades, o que explica

¹⁷ Este concepto insiste en la necesidad de repensar la noción clásica de “acumulación originaria”, no como un momento históricamente situado en los albores del capitalismo europeo y, por lo tanto, como algo ya superado, sino en tanto proceso en curso y de carácter permanente. Esta propuesta teórica permite analizar las políticas de privatización y mercantilización de los bienes comunes implementadas en las últimas tres décadas como nuevas formas de “cercamiento”. Si bien las formas modernas que asume la acumulación primitiva se desarrollan en contextos bastante diferentes de aquellos en los cuales se dieron los cercamientos ingleses en los albores del capitalismo, continúan manteniendo en la actualidad la misma lógica de violencia y despojo (DE ANGELIS, 2001).

um aumento do número e da intensidade dos conflitos gerados pela Vale, como marcamos no segundo capítulo.

O foco desse capítulo é a análise da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, a partir da mobilização dos trabalhadores, os atingidos nas comunidades e cidades onde a Vale têm atuação. O fato social da resistencia é adensado, na medida em que a empresa Vale se torna uma transnacional, movimento tipicamente nascido das consequências do neoliberalismo; onde sua principal característica é exercer a dominação via empresa, havendo uma diversificação das categorias de trabalho. Este fato vai possibilitar a articulação e criação de um movimento internacional de resistência e ofensiva às formas de exploração da Vale. Para compreender tal fato, os argumentos de Pinassi remetem à observação do contexto histórico dos países de extração colonial, como é o caso do Brasil, na lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital:

Produzir commodities – e derivados de minérios, cana, soja, eucalipto, laranja – é a vocação histórica insuperável do Brasil e demais países de extração colonial no desenvolvimento desigual e combinado do capital. Em nenhuma época anterior à nossa, porém, os capitais estiveram tão entrelaçados, a ponto de ser tão difícil identificar sua origem numa empresa transnacional como a Vale (PINASSI, 2012, p.22).

Podemos assim afirmar que suas características enquanto saqueadora, usurpadora, concentradora de territórios e bens comuns naturais, são típicas de uma empresa transnacional nessa fase de crise estrutural do capital. Sua ação atingirá de forma destrutiva toda a sociedade, portanto o conceito de atingido perpassa a totalidade da sociedade, nos seus impactos sociais, culturais e ambientais. Entretanto, ao falarmos de Articulação dos Atingidos pela Vale, estamos nos referindo, em específico, a um conjunto de movimentos sociais, sindicais, ambientalistas, comunidades e grupos organizados que buscam níveis de coesão coletiva com o objetivo de enfrentar os impactos causados pela ação da Vale.

Desta forma vai-se perceber que na relação sociedade e Vale, a mediação do Estado; como tal, sua representação é da democracia, ocorre que há uma

fragilidade nessa sua representação, bem como da empresa Vale. Esse Estado democrático de direito é negado sistematicamente, quando se trata dos direitos dos que estão desprovidos, dos desvalidos, dos “sem”, como bem demonstra Silva:

A marca do Estado brasileiro continua sendo a repressão aos movimentos sociais e/ou seletivamente aos membros das classes populares. Conforme ocorreu com as ligas camponesas em 1960, duramente reprimidas por reivindicar a reforma agrária, as lutas sociais dirigidas, por exemplo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo Movimento dos Sem Teto ou pelo Movimento Atingidos por Barragens, recebem do Estado o mesmo tratamento autoritário. As mobilizações e as lutas sociais contra as políticas neoliberais são identificadas como ameaça ao Estado Democrático de Direito (SILVA, 2012, p. 193).

Diante dessa tão evidente incongruência, os trabalhadores, camponeses, indígenas, ambientalistas, quilombolas irão questionar essa representação do Estado brasileiro, refazendo suas formas de resistências, agora diante de um novo quadro, pois não é atingida somente uma categoria de trabalhadores, são várias e, em vários lugares, ao mesmo tempo. Nesse passo, essas várias formas de resistências se juntam: as greves, ocupações, interdição da estrada de ferro, táticas cotidianas de resistir vão se construindo para que seus mínimos direitos não sejam denegados, dentro do “Estado democrático de direito”.

Por outro lado, o que se percebe é a violação dos direitos das populações locais onde se verifica a atuação da empresa Vale. Essa relação desigual e conflituosa entre a Vale e o Estado, por um lado e os Movimentos Sociais, de outra parte, possibilitam a resistência local, mas, bem vistos os fatos e a construção, a perspectiva é internacional. Pois o nível de repressão da Vale não difere quase em nada nos cinco continentes, como podemos constatar entre as experiências do Canadá, Moçambique, Perú e Brasil, quando se examina o problema em perspectiva comparada.

Constitui característica comum no modo de atuação da Vale nos diferentes países, na forma de impedir que os atingidos desses países reivindiquem seus direitos, em primeiro lugar, sua estrita ligação com o Estado nesses países; no caso do Canadá, a Vale encontrou maiores dificuldades para flexibilizar a legislação local; entretanto as formas diversas e simultâneas de persuasão,

pressão, cooptação, são de natureza idêntica em todos os países.

Segundo depoimento de um sindicalista mineiro do Canadá, entre os anos de 2009 e 2010, a Vale-Inco¹⁸, a política da empresa inicia um amplo processo de redução dos salários, aumento das jornadas de trabalho, demissões massivas, e principalmente, o corte de benefícios e outros direitos adquiridos. Tal política de denegação de direitos encontrou uma forte resistência dos trabalhadores, como se observa na realização da maior greve já ocorrida no Canadá: 12 meses em Sudbury e Port Colborne, Ontário, 18 meses em Voisey's Bay, na Província de Newfoundland e Labrador, mobilizando mais de 3 mil trabalhadores. O fato mais marcante desse processo é que desencadeou uma rede de solidariedade, envolvendo não somente a categoria dos mineiros, ultrapassando as categorias e fronteiras de países e continentes, amadurecendo dessa forma, o processo de articulação internacional dos atingidos pela Vale.

Ainda em depoimento, o sindicalista canadense, no I Encontro Regional Atingidos (2011), após o contato com os relatos de brasileiros e moçambicanos sobre os impactos que a Vale tem causado, conclui: *“No Canadá, a forma como a Vale esta impondo aqui e na África, seria diferente, não seria tão aberto, mas no final seria feito”*.

Essa compreensão da inevitabilidade das formas de atuação predatória da grande mineração se justifica pelo grau de permissibilidade dos governos, ressalvam-se algumas diferenças, contudo, essa cadeia produtiva que é hoje, uma das prioridades do capital, serão implementadas. Entretanto os movimentos sociais, indígenas, ambientalistas, sindicalistas, compreendem também que a resistência e soluções alternativas somente serão possíveis em escala continental, em perspectiva internacional.

Figura 25 - Greve dos trabalhadores da Vale no Canadá

¹⁸ Subsidiária da Vale, tem um processo, impetrado pelas comunidades locais por problemas ambientais por destruir o Lago de Sandy Pond, embora tenha sido condenada em 2010 ao pagamento de cerca de 36 milhões de dólares canadenses em indenização para mais de 7.000 (sete mil) moradores de Port Colborne, Província de Ontário, a Vale conseguiu nova análise do caso, este, em Suprema Corte do Canadá.



Fonte: Disponível em xinguvivo.com.br

A riqueza da experiência vivida entre os atingidos pela Vale aprofunda essa compreensão da luta para além de suas comunidades, de suas fronteiras. A troca de informações, o intercâmbio entre as experiências que são contadas, socializadas nos momentos de vivência prática dos mineiros canadenses em outros países e dos trabalhadores em apoio no Canadá, fortalecem o sentimento de coesão coletiva e horizonte comum, o que possibilita pensar uma luta internacional, a princípio, contra uma empresa. Essa notável troca de experiências, torna-se um elemento fundante, no sentido da construção de laços mediante a experiência da exploração de vários rostos e culturas, mas sob o mesmo capital.

Outras formas de resistência onde se observa um conteúdo comum serão experimentadas em outras partes do mundo, como é o caso dos megaprojetos de mineração de Moma e Moatize para abertura das minas de carvão, no Norte e Centro de Moçambique. Segundo denúncia do Centro Moçambicano de Integridade Pública, de 2009 até o momento, muitos camponeses foram expulsos de suas comunidades, cerca de 760 famílias; quando a Vale criou projetos de reassentamentos para as famílias. Contudo, essas comunidades vivem um agudo grau de expropriação: de “seu território”, de sua cultura, de sua história ancestral e do tempo presente, bem como de suas formas de produzir a existência na agricultura, agravando ainda mais os níveis de pobreza na região.

Outros casos de resistência provocados sempre pelos impactos sociais e ambientais ocorrem em comunidades vulneráveis e com uma ausência da ação do Estado, como nos casos do Peru na região de Cajamarca, na Indonésia, na Argentina e na Nova Caledônia. São lutas de resistência às formas de atuação violenta da Vale, com a ação de milícias dentro das instalações, perseguição às lideranças, disputa de terras em regiões onde havia lavouras, casas, cemitérios, agora desvestidos de seu significado e existência concreta e transformados em canteiros de obras e lugares da produção e extração dos minérios.

A confluência dessas lutas¹⁹ se dá pela natureza das mesmas, atingindo ao mesmo tempo trabalhadores dos cinco continentes nas formas de exploração do trabalho e bens da natureza. Este fato social possibilita a articulação de uma linguagem comum da luta social, no encontro desde a exploração e expropriação de milhares de trabalhadores, camponeses, populações tradicionais, povos indígenas na resistência local; favorecendo, entretanto, níveis de compreensão e exigência de uma ofensiva internacional, explicitada pela própria realidade, sem mediações. Há em curso um processo de lutas de resistência em defesa do que os movimentos sociais, comunidades tradicionais e indígenas chama de “bens comuns da natureza”.

Ressalta-se que na forma de exploração da grande mineração, todos serão atingidos – ambiental, cultural, histórica e socialmente, pois faz parte de alargado ciclo produtivo que inclui a construção de hidrelétricas, o monocultivo do eucalipto para carvão, a implantação de siderúrgicas, e, em consequência direta, a multiplicação dos canteiros de obras para realização das bases e infraestrutura de tal cadeia da grande mineração. Logo se vê, que a retórica virtuosa do ciclo produtivo consoante os documentos da empresa Vale, compulsados nesta pesquisa, se esfrelam; o que a realidade desvenda é um forte e contínuo desencadeamento de um círculo vicioso de impactos destrutivos na região. Com o

¹⁹ Alguns teóricos tem analisado esse tema com atenção, como é o caso de Harvey (2004) denominando como “movimentos insurgentes contra a acumulação por despossessão”. Martínez Allier (2004) caminha para uma análise como “movimentos do ecologismo popular”, Leff (2004) como “movimentos de reapropiação da natureza e reexistência do ser” E, Navarro y Pineda (2009) entre outros, apresentam como “movimentos sócio - ambientais”, considerando que uma relação integral com a natureza, deve ser entendida como espaço vital e, não se separar do mundo social.

intuito de amenizar ou diluir os graves e diversos conflitos gerados a empresa Vale utiliza conhecida tática: o recrutamento de funcionários com capacidade de entrada nessas áreas de conflito latente ou aberto, com o objetivo de “negociação” dos direitos dessas comunidades.

Podem-se enumerar vários casos da forma como a Vale vai atuar junto às comunidades, no sentido do “convencimento”, da “persuasão”, cujo efeito é a criação de mecanismos de “colaboração” com os objetivos imediatos ou de longo prazo da empresa. Os empregados de ditas “qualidades técnicas” são selecionados a partir de um perfil que permita sua inserção junto às áreas de conflito, quando se requer o uso de uma mesma linguagem, ou seja, sua preparação requer algum grau de conhecimento prévio do ambiente da luta social, tendo, inclusive, uma grande parte dos “técnicos”, alguma participação nos movimentos sociais. São múltiplas e variadas as formas de abordagem da empresa e todas elas, combinando as formas perversas entre os obscuros limites da cooptação e da coerção, e acionando sempre, para operar, os instrumentos disponíveis desde o “Estado democrático de direito”.

Tal se observa nos casos do Assentamento Palmares, em Parauapebas, estado do Pará e Açailândia, Maranhão, onde 18 militantes do MST foram condenados com uma ação de Interdito Proibitório²⁰ impetrado pela Vale, ou estão sob vigilância, com inquérito policial. A ação de interdito determina que os militantes sociais sejam proibidos de se aproximar 500 metros dos trilhos da ferrovia. A alegação da empresa visa, segundo a medida, “impedir a ameaça de ocupação dos trilhos da Estrada de Ferro de Carajás”; neste caso, é de se anotar o pleno desconhecimento da vida nestas comunidades, pois elas vivem nas áreas por onde passa o trem. Necessitando ir e vir todos os dias para trabalhar, os trabalhadores se veem na situação de presos em sua própria casa, em sua comunidade. O eufemismo da linguagem autoritária da empresa tem como lastro a definição de “responsabilidade”, ou seja, como qualquer manifestação de

²⁰ É uma ação proibitória quando uma pessoa, ou grupo de pessoas não pode se aproximar de uma propriedade, sob alegação do proprietário que esta sendo ameaçada. É uma ação de natureza preventiva, desdobrada da ação de manutenção de posse (Em conversa informal com uma advogada da Terra).

resistência cujo lugar sejam os trilhos da EFC e de responsabilidade desses militantes, transformados em “suspeitos”, a linguagem judicializada recorre ao termo de “ação preventiva”. São fatos dessa natureza que corroboram a necessidade de luta unificada dos atingidos pela Vale.

Figura 26 – Intercâmbio Tripartite – Brasil, Canadá e Moçambique.



Fonte: Acervo da Autora 2011.

No obstante, este intento de “alienación territorial” (Santos, 1996) enfrenta radicales y masivas resistencias locales que, mediante la conformación de redes de solidaridad –y el auxilio de las tecnologías de la información-, se han propagado a nivel nacional y continental, dando lugar a la configuración de un “nuevo internacionalismo” (SEOANE, TADDEI Y ALGRANATI, 2006).

A empresa Vale se utiliza dos instrumentos do Estado para reprimir e coibir qualquer tipo de mobilização reivindicatória, contraditoriamente ao previsto no Estado democrático de direito e na própria argumentação da Vale. Retomamos o seu slogan “*somos globais por que estamos em todo mundo, somos globais porque*

pensamos no mundo todo”, para atestar a inversão do discurso, se confrontado, com a prática empresarial, afirmando de forma global um jeito de coagir, cooptar, explorar e expropriar. De outra parte, essa prática vai provocar uma rede de solidariedade internacional, possibilitando que os atingidos pela ação predatória da empresa Vale possam também, de forma global, construir uma resistência e ofensiva na perspectiva dos movimentos sociais.

3.1 Articulação Internacional dos atingidos da Vale

A singularidade da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, é a sua forma de mobilização e organização, quando uma empresa de capital transnacional com sede no Brasil possibilita o surgimento de um movimento de resistência e ofensiva às formas de exploração do trabalho e da natureza de forma global.

Figura 27 - II Encontro Internacional da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale



Fonte: Acervo da autora, 2011.

Essa articulação foi sendo construída a partir de outros espaços de mobilização internacional de movimentos de luta contra o neoliberalismo, de fundo

anti-imperialista e anticapitalista; entre esses espaços, está o FSM – Forum Social Mundial²¹. Sua nona edição, realizada em Belém, capital do Pará, foi um momento de grande debate sobre a situação da Amazônia, quando a Via Campesina organiza uma atividade preparatória ao FSM - uma caravana internacional pela Amazônia, cujo objetivo seria aprofundar o conhecimento sobre os problemas e os enfrentamentos ao capital na região. Naquele momento a Vale se destaca como um investimento do capital que muito tem impactado as populações da região.

Fruto desse intercâmbio com várias organizações, movimentos sociais, ambientalistas se inicia um processo de construção de uma rede internacional para troca de experiências em acúmulo e discussão de ações conjuntas de ofensiva e resistência à atuação da Vale em seus países. Nesse primeiro momento é pensado um Primeiro Encontro, quando se organizariam de modo articulado as diferentes denúncias e visando, sobretudo, ampliar as formas de solidariedade entre os atingidos, como bem expressa seu documento convocatório.

“A articulação dos povos e movimentos nos diferentes países em que há exploração da mineradora é fundamental para fortalecer nossas lutas locais, nacionais e internacionais. Precisamos nos unir para construirmos juntos nossas estratégias, e pressionarmos nossos governos para que nossos direitos de vida, trabalho, terra, moradia, saúde, e de um ambiente justo e saudável sejam garantidos” (Documento Convocatório, 2010).

Essa compreensão internacional da luta social se afirma frente às possibilidades que (re)surgem na organização dos trabalhadores e acordes a singularidade de cada período histórico²². No atual momento, a afirmação da luta

²¹ Surge como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre anualmente em janeiro, em Davos, na Suíça. O FSM ocorre desde o ano de 2001, as primeiras versões tiveram lugar em Porto Alegre (2001, 2002, 2003, 2005 e 2009) ainda no Brasil, foi realizada em 2009 em Belém, no Pará. Ocorreram também em outros países como: Índia (2004), Nairobi-Quênia (2007), Somália. Em 2006, aconteceram simultaneamente em três continentes África, Ásia e América Latina. E 2008, foi realizada o dia de ação global. Em 2010, ocorrer também de modo descentralizado. A estimativa da coordenação do FSM, é que no período de 2001 a 2011 participaram cerca de 1.3000.000 (um milhão e trezentos mil) ativistas altermundialistas, com a participação dos movimentos sociais, organizações, intelectuais, juventude, em torno da consigna: *Um outro mundo é possível*. É um espaço de debate, confraternização, luta, denúncia e articulação de agendas comuns, dos que buscam alternativa de confronto ao neoliberalismo no mundo.

²² Marx, no Manifesto Comunista (1848) afirma que só há uma alternativa para os proletários: sua união em todo mundo contra a exploração capitalista. Essa afirmação não está distante da realidade atual, pode-se dizer que é contemporânea, e se coloca como imperativo para se pensar um mundo de justiça e liberdade.

internacional é condição para se pensar soluções, respostas, às questões que foram impostas pelo modo de produção capitalista de produção. Nesse passo, os Encontros de base internacional, as articulações intentam afirmar que os liames da ofensiva e da resistência locais tem um imperativo: sua construção em escala continental, em perspectiva internacionalizada, posto que é este o circuito e a escala de operações do capital.

A Vale usa as mesmas táticas com as populações em todo o mundo. Ela pressiona, ameaça, coopta agentes públicos e locais, chegando até a fazer uso de milícias e forças militares para garantir seus investimentos. Em muitos lugares, a empresa financia campanhas eleitorais, zoneamentos ecológicos e planos diretores de municípios, numa completa inversão do princípio da gestão política e governamental soberana dos interesses públicos pela sociedade (Documento Convocatório 2010)

A realização do I Encontro da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale foi um marco importante, pois ali se materializa a necessidade objetiva de união e coesão social de diferentes categorias de trabalhadores, movimentos sociais e ambientalistas, sob objetivo comum: denunciar a política agressiva e predatória da Vale, socializar experiências de luta social e estabelecer formas de cooperação e solidariedade, como afirmado em Relatório desse primeiro Encontro.

Nesse sentido cabe então definir, apriori, o conceito de Atingidos, posto que o debate em torno “de quem é atingido” perpassou o processo de articulação até a realização do Primeiro Encontro, em abril de 2010. Configurando-se como uma articulação ampla e plural vai sendo construindo desde os vários movimentos sociais, sindicais, ambientalistas, redes e organizações não governamentais, participantes desse primeiro momento de mobilização para realização do primeiro Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale.

Nesse sentido, o ano de 2010 marca significativamente um novo momento na articulação dos trabalhadores e atingidos da Vale quando é realizado o Primeiro Encontro Internacional dos atingidos pela Vale, em abril de 2010, no Rio de Janeiro, com a participação de representantes de organizações sindicais e movimentos sociais dos seguintes países: Brasil, Canadá, Chile, Argentina, Guatemala, Peru, Nova Caledônia e Moçambique,

Este encontro visa articular e consolidar uma rede de movimentos sociais, organizações e centrais sindicais de diversos países, incluindo populações, comunidades e trabalhadores(as) atingidos negativamente na suas formas de vidas e nos seus direitos pela forma de atuação da Vale, capaz de implementar estratégias coletivas de enfrentamento à empresa em escala global. Ao longo dos últimos anos, inúmeras experiências mostraram que, para enfrentar os impactos e as violações causadas pela Vale, é necessária uma articulação global (Dossiê dos Impactos e Violações da Vale no Mundo, p.11).

As organizações que participaram da convocatória desse Primeiro Encontro, na sua maioria brasileiras e, uma mescla de movimentos sociais com organizações não governamentais, sindicalistas e ambientalistas²³, com a participação dos outros continentes. A finalidade do Encontro, segundo nota convocatória foi no sentido de definir estratégias comuns de trabalho, com o objetivo de fortalecer a luta dos trabalhadores e comunidades atingidas negativamente. Além disso, as entidades enfatizam que a união popular de pressão destina-se a fazer com que a Vale “cumpra mundialmente com os padrões ambientais, tecnológicos e trabalhistas elevados, e que respeite e não tente retroceder as legislações vigentes. Não vamos deixar que a Vale rebaixe nossos direitos conquistados e destrua nossas vidas” (Documento Convocatório, 2010).

O que marca como característica de lutas, nesse tipo de organização, é a combinação entre o enfrentamento direto e, ao mesmo tempo institucional. A luta direta que se dá na resistência diária e surge como movimento e reação local e ofensiva das comunidades. Havendo desta forma uma aproximação dos significados das lutas no Brasil, África, Ásia e América, assim tomam formas de lutas sociais em defesa de seus territórios, aqui se dá o que se chama de

23

Campanha Justiça nos Trilhos, Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Comitê Mineiro dos Atingidos pela Vale, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rede Justiça Social e Direitos Humanos, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Instituto Latino Americano de Estudos Sócio-Econômicos, Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, Instituto Madeira Vivo, Movimento de Mulheres da Amazônia, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, Sindicatos Metabase, Brigadas Populares de Minas Gerais, Justiça Global, Assembléia Popular Nacional, Jubileu Sul Brasil, Grito dos Excluídos Brasil, Grito dos Excluídos Continental, FASE Amazônia, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, CUT Maranhão, entre outras.

resistencia e ofensiva como possibilidades de um movimento emancipatório.

A Vale não está se apropriando apenas dos imóveis situados nas áreas abrangidas pelos alvarás de lavra, ela está adquirindo dezenas de milhares de hectares de terra, tornando-se, num curto espaço de tempo, uma das maiores proprietárias de terras da região. Porque a empresa adquire tanta terra? Sem dúvida para dois objetivos principais: primeiro, manter os trabalhadores rurais e populações locais, muito distantes dos locais de extração mineral para não sofrer pressões dos trabalhadores organizados e, segundo, ter sob controle um estoque de terra para outros investimentos, considerando a expansão do pólo guzeiro de Marabá, que vai precisar consumir toneladas de carvão vegetal (BATISTA, 2011, p.41).

Os grandes projetos, no caso, a mineração em grande escala promovem a disseminação de conflitos em escala mundializada; pode-se afirmar então, que a violência não é algo circunstancial no processo de expansão capitalista, mas sim parte constitutiva. Assim a compreensão dos movimentos que fazem parte da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, veem os conflitos locais para além dos limites de cada mina, de cada território. As disputas dos territórios em cada país são pressionadas por esse modelo de acumulação e, como resultado, os territórios e bens da natureza, das populações locais, são expropriados para dar lugar ao que se chama “desenvolvimento”.

Figura 28 – Protesto num penhasco em Kanaky – Nova Caledônia, no Sul do Pacífico. Contra as intenções da Vale Inco de construção de um duto marinho de rejeitos dentro de uma lagoa.



Fonte: Mike Hosken, Comitê de Defesa do Sul.

Entretanto essa articulação se dá em meio às contradições que se expressa na dualidade da luta, que propõe ao mesmo tempo, luta pela compensação, mediante o enfrentamento jurídico e de mitigação e, a luta direta mobilização e enfrentamento ofensivo, que se expressa nas mobilizações contra a Vale e o Estado, também na sua forma de organização alternativa que pressupõe outras formas de relação entre homens e natureza.

A luta contra a violação dos direitos estabelece uma lógica da denúncia e, as mesmas, quando deslocada da lutas política de mobilização das massas retrai a luta ofensiva. E, compreendendo que há uma ausência planejada do Estado, interna à (des)ordem do capital, essas políticas de compensação oferecida às comunidades, podem se constituir como elemento de cooptação. Haja vista, que a situação de miséria dessas regiões se aprofunda: fome de escolas, de saúde, de terra, de comida e de direitos.

A particularidade desse tipo de articulação reside no fato de que essa

contradição irá permear toda sua luta. E a qualidade da mesma, será estabelecida a partir do padrão de conflitos da empresa e as formas de resistência local, combinado com a socialização das experiências de resistências contra as práticas abusivas da empresa Vale em escala mundial.

“Nós queremos voltar para as nossas zonas de origem. Só aceitamos sair de lá e sermos reassentados por causa das promessas que a Vale se comprometeu a cumprir. A Vale se comprometeu a repor condições iguais ou melhores das que nós já tínhamos. Prometeu que durante cinco anos iria prestar todo o apoio necessário e assistência técnica, além de manutenção das novas infraestruturas. Mas até agora nada disso está sendo cumprido. Faltam escolas, água, energia, terra para a agricultura. Estamos passando fome. Falta quase tudo e nós estamos sofrendo.” (Relatos morador no Bairro 25 de Setembro Tete - Moçambique, 2011. Disponível em www.amigosdaterrabrasil.com)

O depoimento acima retrata a forma como a Vale efetiva sua política de aparente “negociação” de direitos. Portanto, as formas de lutas dos Atingidos estão quase sempre vinculadas às demandas locais; a forma de sua organização reúne sob bandeira comum, sindicatos, comunidades atingidas, movimentos sociais, ambientalistas, isto é, organizações já constituídas que se unem visando mobilizar as comunidades e trabalhadores em sua base social, articulando alianças com os atingidos direta e indiretamente.

O enfrentamento Institucional mediante denúncias ao Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário, ou a órgãos internacionais de garantia dos direitos humanos sobre as violações cometidas pelas empresas e pelo Estado, constitui uma forma destacada nessa forma de luta. A Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale contesta o relatório de sustentabilidade apresentado pela empresa e, elabora denúncias, através de um “relatório sombra”, organizado a partir da realidade de cada região impactada.

Desde o I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale (2010), até o atual momento, foram realizados outros dois encontros, possibilitando assim, um acúmulo de conhecimentos e experiências pelas organizações e movimentos que fazem parte dessa rede. Desta forma foram sendo construídas suas plataformas de lutas, que podemos destacar em três eixos: o primeiro, relacionado às

reivindicações trabalhistas, contra a precarização do trabalho e por condições dignas de trabalho; o segundo, centrado nas questões territoriais das comunidades e bens da natureza, pela institucionalização de territórios livres da mineração; e o terceiro, articulando um relação com o conjunto da sociedade, como apontados em sua plataforma:

Lutar pelo direito das comunidades de dizer não a novos empreendimentos, com a consulta prévia às populações atingidas pelo ciclo de mineração;

- Lutar pela reparação integral às vítimas nos lugares onde já há operações e os danos que já ocorreram;
- Lutar contra as remoções das populações ou por um reassentamento coletivo da comunidade, quando isso for inevitável;
- Lutar por uma maior agregação dos custos sociais e ambientais da mineração; e por último trata das da relação com a sociedade em geral Lutar pelo aumento dos royalties, distribuição dos royalties a todos os municípios, atingidos (não somente os municípios mineradores), com controle social e destinação social dos mesmos, inclusive quanto ao futuro das comunidades após o fim das operações;
- Lutar pela democratização das decisões da empresa Vale;
- Combater a criminalização e violência contra os movimentos e organizações sociais;

Lutar pelo fim do financiamento público à Vale;

Lutar pelo fim da sonegação de impostos praticada pela Vale e/ou pela restrição aos generosos incentivos fiscais a ela concedidos e às generosas tarifas de serviços públicos dela cobradas (p.ex. tarifa de energia elétrica);

Fazer o enfrentamento conjunto à Vale, às demais empresas do ciclo de mineração e ao Estado;

Propor alteração no processo de licenciamento ambiental, alterando-se por exemplo as metodologias de elaboração e avaliação dos estudos de impacto ambiental e dos relatórios de impacto. (EIA/RIMAs);

Discutir as possibilidades de agregação de valor ao minério bruto no Brasil, com o desenvolvimento de toda a cadeia minero-siderúrgica; Lutar pelo fim do subsídio do Estado nas concessões de energia elétrica para o setor minero-siderúrgico e nas outorgas de água;

Apoiar as iniciativas pela anulação do leilão da Vale e por sua reestatização;

Enfrentar a expansão do capital e de sua supervalorização sobre o trabalho e a natureza;

Defender o direito humano à água e à terra e submeter os direitos minerários aos direitos relativos à natureza e à fruição do patrimônio natural e cultural;

Propor à sociedade brasileira uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento e de exploração mineral com função social, levando em

conta o debate atual sobre os direitos da natureza e o conceito do bem-viver. (Relatório II Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2011).

A Plataforma explicita o nível de organização das propostas dessa articulação internacional, afirmando ainda que, para sua realização é necessário um processo de mobilização de base esclarecendo os impactos socioambientais e os direitos adquiridos de cada trabalhador, de cada comunidade atingida. Segundo a Articulação dos Atingidos da Vale, a prioridade de seu trabalho em cada país é potencializar a formação, a discussão, o debate, o trabalho necessário como contraponto à “bem sucedida” campanha ideológica da Vale. Tal prioridade leva em devida conta, o uso cada vez maior, pela empresa Vale, dos recursos midiáticos para fins de consolidação de uma imagem de marca positiva, conquanto distante da realidade, esta a observação dos movimentos sociais. Para tanto, priorizar a produção de materiais informativos, educativos e realizar intercâmbio entre as comunidades atingidas em nível regional, nacional e internacional e mostrar “o outro lado da Vale”, é uma das faces da mobilização e da luta social.

Figura 29 – Encontro regional (Maranhão e Pará) dos Atingidos pela Vale – novembro 2011.



Fonte: Acervo da autora, 2011.

A atuação da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, é autônoma e plural, buscando dar visibilidade internacional à luta, caminho e possibilidade de avançar na luta por direitos em todos os países com atuação da Vale. O fazer dessa luta utiliza duas ferramentas, como dito anteriormente: o enfrentamento direto e as ações institucionais; desde as mobilizações na Estrada de Ferro de Carajás, ocupações, até a participação nas assembléias de acionistas da empresa Vale.

Entre as tarefas prioritárias estão o estudo sobre a proposta de reforma do marco legal da mineração no Brasil e a comparação com o marco legal de outros países; a mobilização permanente das comunidades atingidas; a potencialização das organizações e movimentos que vão se construindo, como o Movimento dos Atingidos pela Mineração e a Juventude Atingida pela Mineração, no caso do Brasil.

Entretanto, percebe-se que embora tenha avançado na quantidade de denúncias, na capacidade de mobilização, é ainda considerado um limite, pelas comunidades atingidas, o nível de conquistas. Em alguns países não se avançaram em conquistas, embora não haja perda de direitos; entretanto na maioria dos países da América Latina, África e Ásia, além dos trabalhadores perderem seus minguidos direitos, também os camponeses e indígenas perderam seus territórios.

Figura 30: Encontro da Juventude Atingida pela Mineração – Açailândia, 2012



Fonte: Acervo da autora, 2011

Diante do exposto, impõe-se uma questão: quais fronteiras serão necessárias enfrentar para pensar um processo pós-extrativismo? Trazer à tona o discurso da dicotomia entre civilização X barbárie; Estado X transnacional extrativista e comunidades mobilizadas em torno da luta contra a grande mineração. Nesse processo se dão a perceber também, as limitações de uma organização dessa natureza para realizar uma ofensiva a essa forma de exploração dos trabalhadores, comunidades atingidas e natureza. A questão se apresenta ainda no modo de pensar uma reforma ambiental e reforma social. Contudo, no modo de produção capitalista, inviabiliza-se essa alternativa.

Pois, o capital, na atualidade, assume uma essência expansiva e destrutiva, melhor dizendo, a lógica da “produção destrutiva” que István Mészáros(2009) identifica como um dos sintomas da atual crise do sistema. O autor afirma que não é possível ajustar o capitalismo; é de sua natureza que essa crise não se resolva do seu interior; tem que ir além do modo de produção capitalista. Portanto, um novo patamar para a acumulação e para a subsunção do trabalho, é resultado de sua natureza irreversivelmente destrutiva e incompatível com as necessidades da humanidade.

Enfim, a luta dos Atingidos pela Vale, não pode ser compreendida somente como a luta contra uma empresa, é para além da Vale, é a luta contra o capital e sua forma destrutiva. Essa articulação internacional possibilita um tipo de ação necessária no atual momento histórico, para propor alternativas à lógica dominante de acumulação destrutiva expressa nos grandes projetos de mineração espalhadas pelo mundo.

Retomar, nesse tempo o sentido do internacionalismo como resistência e ofensiva contra o capital, é um imperativo como condição para continuar a reprodução da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Se movem como donos do mundo...
Com recibo e o que mais precisarem para
demonstrarem que são senhores de todos os
níveis, acima e abaixo do solo, de um lado a outro
da vida. Conjugam verbos como dividir, lucrar,
possuir, mandar. E nós?
Respondemos com unir, compartilhar, resistir,
sonhar.”*

Didi Travesso-Central Sindical Popular/ Conlutas

Como donos do mundo, senhores e amos, acima e adentro na terra, instituindo que a vida pode ser regulada pelo recibo de compra e venda, querem encurtar horizontes e o verbo sem carne é conjugado em primeira pessoa: mando, posso, divido, lucro. Já, os filhos e herdeiros de uma história da teimosia, buscam na experiência e na vida vivida, desde o sul do mundo, o verbo encarnado e o vocabulário dos insubmissos: nós compartilhamos a vida, o horizonte, a utopia.

À maneira de considerações finais, a palavra do poeta é o sinal da pugna, da ação, da luta, do enfrentamento e da resistência às investidas da empresa Vale por sobre os territórios da vida em comunidade, da história, da memória, da cultura. Esperamos que o estudo tenha indicado os níveis diversos de ação predatória da Empresa Vale e o impacto destrutivo face à vida e ao trabalho de homens, mulheres, velhos, jovens e crianças - trabalhadores e trabalhadoras, camponeses, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais - atingidos pela expressão da violência e desrespeito aos direitos humanos. Esperamos também que o estudo possa se somar às análises em curso sobre as lutas de resistência que se constroem de modo articulado e se espalham nos continentes onde se verifica a atuação transnacional da empresa Vale.

A tentativa deste esforço de pesquisa se dirigiu à análise sobre os significados da resistência e ofensiva da luta social, observadas as vicissitudes da conjuntura em escala mundial, as razões históricas da resistência frente ao atual

estágio do capitalismo, ao aprendizado das novas formas de luta, face à lógica destrutiva do capital.

No caso da região Amazônica, e, em específico, o caso do Maranhão, a pesquisa constatou, mediante dados recolhidos junto aos organismos do Estado que, em menos de uma década, um intenso processo de expropriação e apropriação das terras férteis da região por grupos capitalistas, do sul do país ou do capital internacional. O fato social em análise observa o quadro de exacerbada violência no campo maranhense, e, a persistência da dicotomia entre o moderno e o arcaico, formas requeridas nesse momento de acumulação do capital. Os protocolos ditados pela empresa Vale e as condições impostas desde seu crescimento mundializado requerem a transformação em ferro gusa para alimentar o circuito exportador que necessita de fornos, que se abastece de eucaliptos, que expropria a terra. É a face destrutiva do monocultivo, da alteração destrutiva da natureza e da paisagem social, da perda de territórios – este, o decantado modelo do “desenvolvimento” e do “progresso”. É a suposta instauração do tempo e da escala do moderno desenvolvimento, cuja representação nos trilhos de exportação de minérios, na maior ferrovia do mundo que escoar minérios para produção tecnológica dos chips aos artefatos bélicos, as armas para a guerra do capital. O arcaico seria então a persistência do trabalho na infância pobre, do trabalho escravo contemporâneo, do recrutamento para o trabalho precarizado. Este o cenário contraditório vivido e experimentado nessa região.

Nesse passo, a pesquisa tentou demonstrar que a operação donde resultaria a privatização da Vale, é parte das exigências do capital e de seus agentes; a questão central hoje, se desloca de sua caracterização enquanto empresa estatal ou de capital privado, para alcançar o ponto de análise deste estudo: sua forma de exploração, de extração e concentração das riquezas. Assim, pois, a confirmação da Vale em sua prática de empresa capitalista, consoante ao modelo de desenvolvimento desigual e concentrador, e, mesmo quando empresa Estatal, os resultados econômicos da exploração mineradora em grande escala não chegariam, como benefícios, às populações locais, senão a trágica fatura dos custos sociais e dos passivos ambientais.

O que se pretendeu neste estudo, percorrendo os caminhos vincados pelos desde a Serra de Carajás, no Pará, até o Porto da Madeira, em São Luís, capital do Maranhão, foi também uma visada dramática da outra Vale, aquela donde pelos trilhos por onde escoam os 100 milhões de toneladas de minérios para exportação, passam os impactos sobre as comunidades. A duplicação de sua capacidade para o transporte de 230 milhões de toneladas de minério até o ano de 2014 indicam a intensificação do número e do grau de conflitos, como já se observa em período recente. Neste caso, a luta por direitos denegados é contraditada pela coerção aberta, na forma de repressão aos movimentos organizados, garantidos pelo braço armado do Estado, como atesta a notícia deste mês de fevereiro de 2013:

Os funcionários da A&M Mineração e Terraplenagem Ltda, empresa terceirizada da Mineradora Vale, em Carajás, bloquearam um trecho da rodovia PA-275 e da Rua E, no centro comercial da cidade de Parauapebas (PA). De acordo com a categoria, a Vale não cumpriu a ordem judicial que visa bloquear créditos que somam R\$ 1 milhão para garantir o pagamento salarial de 125 trabalhadores demitidos, além de multas rescisórias. A Polícia Militar enviou um contingente de 30 policiais ao local.²⁴

Como se pode observar, somente na região por onde passam os trilhos, nos primeiros dois meses do ano de 2013, ocorreram vários conflitos em Parauapebas no Pará, à Santa Rita, no Maranhão. Os dois conflitos, de data mais recente, um no plano trabalhista e outro, nos trilhos, onde a comunidade reivindicava um mínimo de segurança: a construção de uma passarela. Entretanto, a prática continuada da empresa, é acionar o Estado e seu aparato repressor para desobstruir os trilhos, para reprimir, pois, para o desenvolvimento “escoar minérios é preciso”.

O resultado dessa cadeia produtiva, que se estende da agricultura à mineração, observa-se nas mudanças estruturais; no controle da propriedade da terra e da produção de alimentos na região; no alto grau de concentração de toda cadeia produtiva, pois a mesma empresa produz as sementes, fertilizantes,

²⁴ Disponível em <http://imirante.globo.com/noticias/2013/02/14/pagina331135.shtml>, acessado em 16 de fevereiro 2013).

agroquímicos, industrializa e realiza o comércio de produtos agrícolas, demonstrando que essa forma de organização da produção agrícola do agronegócio segue a lógica da produção de alimentos como mercadoria, não como parte da reprodução da vida. Nesta pesquisa se pode também verificar que esse processo ocorre mundialmente; as consequências nocivas repercutem da Amazônia, na América Latina, às savanas, em África, atingindo também os países “desenvolvidos”.

Percebe-se que o sujeito da dominação mundial – as corporações transnacionais, os Estados capitalistas – forjaram uma institucionalidade global, supranacional cuja expressão se dá com o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, o chamado Grupo dos 20, o Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de determinar “políticas sociais” massivas e, em escala mundial, porém localizadas. As referidas políticas, de cunho compensatório, objetivam, na prática, aplinar, diluir, conter os conflitos nesse estágio de crise civilizatória.

Desta forma, é possível afirmar, ao modo de conclusão, que a construção de uma nova subjetividade de luta na América Latina – que acumule desde a resistência em direção a uma ofensiva transformadora constitui hoje, a perspectiva da luta anticapitalista. Neste quadro, a articulação de um movimento amplo das massas, com participação substantiva é o horizonte de um projeto transformador que labore na direção de outro patamar de um movimento de massas e possa gerar um novo momento na luta de classes.

A questão que se apresenta, fruto da análise desenvolvida neste trabalho, é no sentido da percepção das fronteiras que serão necessárias ultrapassar para se pensar esta alternativa, este novo momento, em contraponto ao que está (im)posto pelas formas de exploração extrativista. Neste passo, é necessário sublinhar que essas formas destrutivas tem um limite, pois os minérios não são renováveis, as crateras ficarão e, desta forma é preciso preparar para enfrentar o que virá pós-extrativismo, pois ali estarão comunidades, os trabalhadores, trabalhadoras, camponeses, indígenas, quilombolas e o povo nas pequenas e médias cidades atingidas por esse modelo de “desenvolvimento”.

A resposta àquela indagação "Quanto vale a Vale", nesta pesquisa, pode ser encontrada nos números que refletem os lucros repassados aos seus acionistas. Por outro lado, a medida de seu valor pode ser buscada a partir do que são as comunidades, os lugares sociais, nos cinco continentes onde se espalha a atuação da empresa Vale. Neste caso, seu valor é corrosivo, pois dele desprende-se o largo efeito de uma ação predadora dos bens em comum da natureza, das fontes de vida, história, memória e cultura, como se observa no lastro do trem da destruição de modos de vida das populações tradicionais.

Desta forma retomamos, ao final, a questão apontada - a mineração constitui uma maldição ou uma dádiva? – para afirmar, desde a análise empreendida, que na perspectiva dos movimentos sociais, a mineração não pode ser uma dádiva, pelas razões apresentadas no segundo capítulo. A destruição provocada pela grande mineração, explicitada nos dados, depoimentos e imagens, é a afirmação que o caminho percorrido pela Vale é o da maldição.

Assim, no quadro da abordagem deste estudo, é de se ressaltar em conclusão que a luta dos Atingidos pela Vale, não pode, historicamente, ser compreendida no marco estrito de luta contra uma empresa e sua atuação. A compreensão se desborda, em esforço de síntese, na direção de uma luta para além da Vale. É a luta contra o capital e sua forma destrutiva. Essa articulação internacional possibilita um tipo de ação necessária no atual momento histórico, para propor alternativa à lógica dominante de acumulação destrutiva expressa nos grandes projetos de mineração espalhados pelo mundo. Retomar, em nosso tempo presente, o sentido do internacionalismo como resistência e ofensiva contra o capital, é um imperativo como condição para continuar a reprodução da vida.

Ao final, queremos reafirmar, em perspectiva, a escrita de alerta do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, em 1848, acerca da alternativa histórica para o proletariado: sua união em todo o mundo contra a exploração capitalista. O Manifesto é aqui atualizado, em sua dimensão de escrita de convocação à luta incessante contra um sistema de desigualdades e injustiças, baseado na opressão e exploração dos trabalhadores, o sistema capitalista e suas iniquidades. O Manifesto, como escrita de aviso, e uma indicação histórica do sujeito

revolucionário: “Os proletários nada têm a perder a não ser suas algemas. Têm um mundo a ganhar”; é uma escrita do internacionalismo operário e de conclamação á luta social, como bem expressa sua frase final, tão conhecida e tão atual: “Proletários de todo o Mundo, Uní-vos!”

Essa consigna, como se vê nas questões examinadas neste trabalho, é atualizada, é contemporânea, e se coloca como imperativo para se pensar um mundo de justiça e liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Seminário Consulta, 1995.

ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (org.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

AMARAL, Marina. Por que a Vale foi eleita a pior empresa do mundo? Disponível em: <http://www.apublica.org/amazoniapublica/corrida-do-ferro/por-que-a-vale-foi-eleita-a-pior-empresa-do-mundo/>. Acessado em 16/02/13.

AMIN, Samir. Capitalismo, imperialismo, mundialización. In: SEOANE, José; TADDEI, Emílio (Orgs.) **Resistencias mundiales. De Seattle a Porto Alegre**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia**. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

Dossiê Privatização da Vale. **Revista Atenção**, ano 3, n. 10 1997.

AZAR, Zaira Sabry. **A organização da produção na Vila Diamante na luta pela terra no Maranhão**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luis. 2005

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luis, Editora UEMA, 2006.

BRANCO, Pércio de Moraes. **Dicionário de Mineralogia e Gemologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 608 p. il.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro-gusa em Açailândia. In CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org). **Carajás: Desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luis: Estação Gráfica, 1995.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI. Possibilidades**

e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** São Paulo: Moderna, 1999. Trad. de Marylene Pinto Michael.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **50 anos de História.** Rio de Janeiro: CVRD, 1992.

COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina Lorena. Estados transnacionales extractivas y comunidades movilizadas: dominación y resistencias en torno de la minería a gran escala en América Latina. In: **Revista Theomai**, número 25, 2012.

CONFRONTEIRAS. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia e Tocantins, Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Mudança Social no Sudoeste Paraense – GEPEMSSP – n. 1. (2011) – Marabá: FCSAT/UFPA.

CUT. **Soja na Amazônia Legal.** São Paulo, 2005

ENRIQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva. **Maldição ou Dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira.** 2007. Tese 449p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). **América Latina: história, ideias e revolução.** São Paulo: Xamã, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política no Governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capitalismo imperialismo: teoria e história.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e a reforma trabalhista no Brasil.** Rio de Janeiro: Coedição Revan-FAPESP, 2007

GISTELINCK, Frans. **Carajás, Usinas e Favelas.** São Luís: Gráfica Minerva, 1988.

- GODEIRO, N. et al. **Vale do Rio Doce – nem tudo que reluz é ouro**. Da privatização à luta pela reestatização. SP: Ed. Sundermann, 2007.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- IMESC. **Produto Interno Bruto dos municípios do Estado do Maranhão: nova série 2002 a 2005**. Edição SEPLAN, São Luis, 2007a.
- IMESC. **Maranhão em dados 2005**. São Luis, 2007b.
- LOPES, Josefa Batista Lopes et al. **Transformações contemporâneas e sistema de controle social nas relações campo e cidade: trabalho, luta social e prática do Serviço Social no Maranhão**. Projeto de pesquisa, São Luis/MA, 2006.
- MARTINS, José de Sousa. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORAIS, Marli Alcantara Ferreira. **O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce/MA**. 2007. 232p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) Centro de Ciências Sociais, Prograna de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA, 2007.
- MOREIRA, José Roberto. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.
- OLIVEIRA, Umbelino. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. Revista Piauí, 2007. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-4/tribuna-livre/hegemonia-as-avessas>
Acessado em 16/02/13.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (orgs.). **Capturando a Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2006.

PINASSI, Maria Orlanda e NETO, Raimundo Gomes da Cruz. La minería y la lógica de la producción destructiva en la Amazonia brasileña. **Herramienta**, Buenos Aires, v. 51, p. 121-134, 2012.

RAPOSO. Conceição. **A dimensão pedagógica dos movimentos sociais do campo**. Ed EDUFMA, São Luis, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: VÁSQUEZ, Guillermo Hoyos. **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. CLACSO, Buenos Aires. 2007.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina. In: BORON, Atilio; LECHINI Gladys (Orgs.) **Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. Tras una década de luchas. Realidades y desafíos de los proyectos de cambio en Nuestra América. **Herramienta**, Buenos Aires, 2011, N° 46.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. **Recolonización, bienes comunes de la naturaleza y alternativas desde los pueblos**. Buenos Aires, Diálogo de los Pueblos/GEAL, 2010. Disponível em: www.ibase.br/userimages/liv_ibase_dialogo_web.pdf , acessado em 16/02/13.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Ilse Gomes. O Estado Burguês no Brasil sob suspeita: democracia e participação política no momento atual. **Revista de Políticas Públicas**. Número Especial Estado, Desenvolvimento e crise do capital. São Luís: UFMA, 2012, pp. 191-196.

SILVA, Marta Zorzal e. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento**

brasileiro. Vitória: EDUFES, 2004.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Revista Novos Estudos**, Nº 85. 2009.

STEDILE, João Pedro (Org.); **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1964-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SVAMPA, Maristella; BOTTARO, Lorena; ÁLVAREZ, Marian Sola. La problemática de la minería metalífera a cielo abierto: modelo de desarrollo, territorio y discursos dominantes. In: SVAMPA, Maristela; ANTONELLI, Mirta (Orgs.) **Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

ZILBECHI, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. In: **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO) Nº 9, enero. 2003.

DOCUMENTOS

Documento da Via Campesina, 2008.

Dossiê Impactos e Violações da Vale no Mundo – 2010.

Declaração de Nyélény no Foro Mundial Pela Soberania Alimentar.

Relatório I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010.

Relatório II Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2011.

PÁGINAS DA INTERNET

[www.vale.com /vale](http://www.vale.com/vale). Acesso em 2011.

www.escravonempensar.org.br Acesso em 2012.

<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero25/Intro.pdf>. Acesso em 2012.

<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=521>. Acesso em 2011.

www.justicanostrilhos.org. Acesso em 2011.